

PARTE II - OS INSTRUMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Compreender a formação e desenvolvimento dos arquivos portugueses, como forma de contextualizar a problemática do acesso à informação, desde sempre inerente à própria natureza dos sistemas de informação arquivística, foi o que nos motivou a desenvolver o estudo apresentado na parte I desta dissertação.

Os instrumentos de acesso à informação são, já o dissemos, aquilo que mais visivelmente ressalta do trabalho arquivístico. Eles constituem uma representação da realidade informacional que constitui o seu objecto e servem de meio para aceder a essa mesma realidade, devendo traduzir com rigor todo o processo de conhecimento científico que, necessariamente, antecede a sua produção. O seu âmbito pode ser muito diversificado, consoante as unidades arquivísticas que compreendem, as quais podem variar entre o arquivo (ou arquivos) na sua globalidade e a unidade arquivística elementar, designada por “documento”, cuja forma mais simples se consubstancia no registo de um acto informacional singular. Por analogia com a formulação que serve de fundamento à definição de níveis de descrição arquivística - concebida na década de 60 relativamente à organização dos arquivos e aplicada modernamente, para efeitos descritivos, na concepção da norma ISAD(G) - vamos considerar nesta nossa abordagem, *níveis de análise arquivística* (perspectiva mais global que não se aplica apenas à técnica descritiva, mas a qualquer operação a que o arquivo seja sujeito para conhecimento e representação formal) permitindo assim definir tipologias de instrumentos de acesso à informação, de acordo com esses mesmos níveis.

Pela sua *essência* (representação da realidade arquivística) e pela sua *finalidade* (providenciar o acesso à informação), é fundamental que os instrumentos de acesso sejam rigorosos na representação do seu objecto e exactos

no estabelecimento dos “caminhos” conducentes à informação, ou seja, nos pontos de acesso que contêm.

Independentemente do nível de análise considerado, a representação das unidades arquivísticas é feita através de dois dispositivos formais, a que correspondem duas operações técnicas: a *classificação* e a *descrição*. A primeira permite representar os dois factores que caracterizam o sistema de informação - a *estrutura orgânica* e a *função serviço/uso*; a segunda destina-se a identificar com exactidão os elementos informativos que caracterizam a realidade arquivística, seja ela qual for.

Para além destes dois dispositivos formais de representação da informação arquivística, é necessário ainda estabelecer vias para aceder a essa mesma informação, as quais se traduzem, em termos técnicos, no estabelecimento de *pontos de acesso*.

É da associação dos três dispositivos referidos - *classificação*, *descrição* e *pontos de acesso* - que resultam instrumentos passíveis de providenciar uma recuperação da informação eficaz. Contudo, os instrumentos produzidos nem sempre conjugam esses três elementos, razão pela qual o acesso se torna deficiente, impreciso ou mesmo erróneo.

Nesta parte II, os nossos objectivos são os seguintes: por um lado, conceber um modelo teórico conducente ao estabelecimento e definição das tipologias dos instrumentos de acesso à informação e respectiva terminologia; por outro lado, caracterizar esses mesmos instrumentos quanto ao nível de análise de que decorrem, à sua estrutura e aos diferentes tipos de pontos de acesso que incluem, partindo de exemplos concretos (instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses) que permitem, também, detectar as insuficiências e a falta de rigor que, de um modo geral, se tem verificado nos instrumentos produzidos; por último, considerar os efeitos da normalização descritiva - ISAD(G) - e seus princípios, assim como as consequências da automatização, nos instrumentos de acesso que actualmente se produzem. A perspectiva de análise

apresentada enquadra-se no novo paradigma científico da Arquivística, que já se começa a generalizar, no sentido de encarar o arquivo como um todo, desde a fase de produção até à de conservação definitiva, no qual a informação tem de ser gerida e tratada de forma global e integrada. A análise subjacente à produção de instrumentos de acesso à informação enquadra-se no pólo técnico do método de investigação quadripolar reportando-se, naturalmente, aos pólos teórico e epistemológico, referenciais orientadores da investigação aplicada.

1. Caracterização dos instrumentos de acesso à informação dos arquivos

A definição de tipologias de instrumentos de acesso à informação implica a prévia caracterização dos mesmos, em função de três parâmetros essenciais: 1 - o âmbito que abrangem, ou seja, o seu objecto específico, que pode variar de acordo com o nível de análise escolhido e que, em alguns casos, determina a sua tipologia; 2 - a estrutura interna, na qual se incluem os elementos informativos identificadores das unidades arquivísticas descritas, ordenados segundo um determinado critério; 3 - os pontos de acesso à informação que, em muitos casos, servem de elementos ordenadores das descrições e, noutros, surgem desinseridos de quaisquer dados descritivos remetendo directamente para a informação, como é o caso dos índices independentes, em que o ponto de acesso se apresenta sem qualquer contexto.

Além destes parâmetros, há outro factor que influi na tipologia dos instrumentos produzidos nos arquivos, que é a finalidade da sua elaboração. Embora os vários instrumentos possam ser usados para aceder à informação, a verdade é que uns se destinam prioritariamente à *pesquisa* e outros são produzidos para *controlo* material das espécies documentais.

A preocupação essencial do estudo que dá corpo a esta parte II é a concepção de um modelo tendente a estabelecer as tipologias dos instrumentos de acesso à informação e a fixar a respectiva terminologia, o que passa por uma caracterização em função do primeiro parâmetro acima enunciado - o nível de análise.

Relativamente aos outros dois parâmetros referidos - a estrutura interna e os pontos de acesso - o nosso objectivo não é definir um modelo de descrição arquivística, com o enunciado dos respectivos elementos, visto que já existe uma norma internacional para esse efeito, nem apresentar decisões técnicas para

determinar a forma dos pontos de acesso, mas antes abordar os princípios teóricos que devem nortear a sua confecção.

Quanto à finalidade da produção dos instrumentos de acesso, interessa-nos ver em que medida este factor determina ou condiciona as respectivas tipologias.

Tendo em conta estas várias questões, vamos, pois, passar à caracterização dos instrumentos de acesso à informação, começando por analisar, em termos teóricos, a relação existente entre o nível de análise arquivística e o tipo de instrumento, bem como a respectiva terminologia, não sem deixar de, primeiramente, ter em conta a evolução que esta tem sofrido, desde que se começaram a reunir em léxicos e/ou dicionários os termos considerados específicos da disciplina arquivística.

1.1. Estabelecimento de tipologias e respectiva terminologia

Em relação com a definição das tipologias dos instrumentos de acesso à informação é necessário dispor de uma terminologia adequada. Esta tem variado ao longo dos tempos, nem sempre correspondendo a uma conceptualização clara - como, aliás, é natural numa área que começou por ser um “saber” prático e que, apenas recentemente, se está a afirmar como disciplina científica - e só na segunda metade deste século começou a ser objecto de definição em instrumentos apropriados (glossários, dicionários, vocabulários, etc.).

Com base na análise diacrónica do acesso à informação, contextualizado nos arquivos portugueses, feita na parte I desta dissertação, podemos sintetizar, de forma breve, a evolução dos instrumentos que, ao longo dos tempos, foram produzidos com vista ao controlo e à pesquisa da informação arquivística, ou seja, para tornar possível o acesso a essa mesma informação¹.

¹ A evolução dos instrumentos de acesso à informação é um tema pouco abordado na literatura arquivística internacional. Apesar disso, existe um estudo interessante da autoria de Michel Duchein que se debruça sobre o assunto, tendo como base de referência a realidade da França, país que ele considera como um daqueles em que a “doutrina” dos instrumentos de pesquisa tem sido objecto do maior número de estudos e de textos regulamentares. Este trabalho de M. Duchein, para o período anterior ao século

Os mais antigos instrumentos de acesso à informação que se conhecem na organização dos arquivos são os *registos* e os *inventários*. Os primeiros resultavam, tal como ainda hoje, da actividade da entidade produtora do arquivo, com a finalidade de constituírem um meio de controlo quotidiano da informação; os segundos eram, geralmente, produzidos depois de se ter acumulado a documentação que deixara de ter um uso administrativo corrente - formando o chamado “cartório” -, com o objectivo de referenciar tal documentação e permitir a sua utilização, no caso de isso ser necessário.

O inventário, vulgarmente designado “enventairo”, “inventa” ou “repertorio” é, pois, até ao século XVII, o principal - e, na maioria dos arquivos, mesmo o único - instrumento de trabalho e de pesquisa. Através dele se sabia o que o “cartório” continha e onde se localizava aquilo “que se buscava”. O seu aspecto formal era muito simples, consistindo praticamente numa enumeração, em forma de lista, dos títulos reais ou atribuídos dos livros e “papéis” soltos existentes, por forma a serem facilmente identificados e localizados. No inventário era indicado o local de instalação - que podia ser uma arca, um armário com gavetas, um saco de tecido ou de pele - ou então eram feitos inventários distintos consoante os locais onde os documentos se encontravam, sendo colocado um exemplar junto da respectiva documentação.

A enumeração dos documentos, a maior parte das vezes, não obedecia a qualquer critério de ordenação evidente, embora uma análise cuidada permita perceber que não se tratava de uma enumeração meramente aleatória, mas segundo uma localização topográfica, que aproximava os documentos por afinidades, quiçá correspondendo à lógica organizativa da entidade produtora. Este é um aspecto que não está estudado e que merece, a nosso ver, uma análise

XIX, tem bastantes pontos em comum com a nossa realidade, mas relativamente à época contemporânea dá conta de uma preocupação normativa e uma precisão terminológica em nada comparáveis à situação portuguesa, em que estes aspectos foram muito descuidados (ver: DUCHEIN, Michel - La Clef du trésor : l'évolution des instruments de recherche d'archives du Moyen Age à nos jours d'après des exemples français. *Archives et Bibliothèques de Belgique*. Bruxelles. 57:1/2 (1986) 109-126).

atenta, pois os antigos inventários podem ajudar grandemente ao conhecimento dos arquivos a que respeitam.

Apesar de muitos inventários aparentarem a tal falta de critério ordenador, conhecem-se alguns organizados por ordem cronológica, separando os livros dos papéis avulsos, o que já indicia uma clara preocupação com o acesso.

Surgidos ainda antes da centúria de Seiscentos, com fraca expressão, mas ganhando um forte desenvolvimento ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, temos os *índices*. Surgem com o nome de “index” ou “alfabeto”, designações que denotam algumas diferenças, embora estas não se possam estabelecer de forma rígida para todos os casos conhecidos. Os que se intitulam “index” são, muitas vezes, semelhantes aos inventários, embora com uma ordenação, geralmente, cronológica; os “alfabetos”, esses sim, destinam-se, inequivocamente, à pesquisa da informação, consistindo numa sucessão de palavras ou termos de entrada, a que se dava a designação de “vozes” (hoje diríamos pontos de acesso), seguidos de um resumo do conteúdo dos documentos e de um elemento de localização (o número da folha do livro em que, na generalidade dos casos, se inseria).

A lógica que presidia à elaboração dos índices já não era a de uma enumeração destinada a identificar documentos, mas nitidamente uma descrição do conteúdo informativo dos mesmos com vista à sua recuperação. O seu incremento, sobretudo a partir do século XVIII - altura em que o interesse pelos arquivos como repositórios de fontes históricas também se desenvolve, ligado, naturalmente, ao espírito das Luzes - não põe em causa a produção de inventários (estes continuam a cumprir a sua função de referência dos documentos), antes vem criar uma outra forma de acesso à informação, com fins diversos, sintoma das novas formas de abordagem a que os arquivos são votados, num sentido já não meramente administrativo (valor primário dos documentos), mas enfatizando os aspectos culturais e a memória colectiva (valor secundário dos documentos).

Ainda na primeira metade do século XIX, começam a aparecer novas designações para os instrumentos de acesso à informação. Assim, assistimos a

uma progressiva vulgarização do termo *catálogo*, correspondendo a um tipo de instrumento que referenciava, as mais das vezes cronologicamente, documentos individuais, quase sempre inseridos em livros. Paralelamente surgem também os *extractos* ou *sumários* de documentos, também, regra geral, ordenados por datas, cuja principal função era a de fornecer um resumo suficientemente esclarecedor do conteúdo daqueles documentos que se revestiam de maior interesse histórico. É de salientar que a sumariação de documentos incidia, quase sempre, sobre determinados temas ou tipos documentais, como forma de difusão de fontes históricas dirigidas a campos específicos de investigação.

Inventários, índices, catálogos e sumários de documentos são os instrumentos de acesso à informação de produção usual nos finais do século XIX e primeiras décadas deste século, embora antes de 1927 não se conheçam quaisquer princípios orientadores para a sua elaboração nem quaisquer definições apropriadas para os termos empregues na sua designação. Com efeito, as primeiras normas para a catalogação em arquivos, promulgadas pelo Decreto de 27 de Maio de 1927², fazem referência explícita a catálogos (que incluem o sumário do conteúdo documental) e a inventários, mas não definem o âmbito de aplicação dessa terminologia.

Também as *Instruções provisórias para a elaboração dos roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas*, publicadas em 30 de Maio de 1933, não propõem definições para os termos usados nas designações dos instrumentos de acesso à informação, apenas referindo que os “roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou das secções de manuscritos das bibliotecas são chamados a desempenhar na arquivoeconomia a tríplice função de inventários, índices topográficos e roteiros, sendo ainda inestimável o seu mérito e a sua utilidade para a estatística dos recheios de cada estabelecimento”³.

² PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Ministério da Instrução Pública ... : Decreto n° 13:724 (*op. cit.*).

³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Ministério da Instrução Pública ... : Portaria n° 7:588 (*op. cit.*) p. 923.

Apesar de a regulamentação de 1933 se referir expressamente a “roteiros”, o conceito que aí está subjacente é muito diverso daquele que, posteriormente, foi associado ao mesmo termo, e que, aliás, passou a ser empregue com um sentido idêntico ao de “guia”. A partir da década de 60, o termo “guia” impos-se e veio, mais tarde, a integrar a terminologia técnica arquivística, designando um instrumento de acesso à informação, de carácter geral e bastante abrangente, destinado a fornecer aos utilizadores uma visão panorâmica da realidade informacional dos arquivos.

As “instruções” de 1933 constituíram, como já antes referimos, o primeiro e único esforço de normalização arquivística em Portugal. Ao nível da terminologia, também só muito recentemente (1993) surgiu o primeiro léxico da especialidade, intitulado *Dicionário de terminologia arquivística*⁴, apesar de, em termos internacionais, desde há várias décadas, ter havido importantes desenvolvimentos nesta matéria.

Podemos considerar que a primeira tentativa de estabelecimento de uma unificação de terminologia arquivística internacional surgiu a partir de uma proposta nesse sentido, feita em 1931, pelo Comité Consultivo Permanente de Arquivistas, da Sociedade das Nações, à época presidido por Eugenio Casanova. Contudo, só após a fundação do Conselho Internacional de Arquivos, em 1950, se assistiu a um empenhamento internacional face às questões da terminologia, que seriam um dos temas mais importantes no 2º Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Haia, no ano de 1953. Com efeito, neste congresso, foi aprovada a criação de um Comité de Terminologia Arquivística, composto por cinco membros das línguas reconhecidas pelo C. I. A. : francês, inglês, espanhol, italiano e alemão.

As preocupações com a terminologia arquivística, manifestadas no Congresso de 1953, continuaram a ter expressão em reuniões de âmbito internacional, designadamente na 1ª Conferência Internacional da *Table Ronde*

des Archives (Paris, 1954) e deram origem, em vários países, a publicações sobre a matéria.

Este surto editorial teve, contudo, a sua expressão mais notória com a publicação do *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*⁵, em 1964, fruto do trabalho dos membros do comité de terminologia, criado no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos, em 1953.

Nesta obra, existe um ponto específico dedicado aos “instrumentos de trabalho”, onde são incluídos dez termos e as respectivas definições. No entanto, essas definições são ainda bastante imprecisas e nem sempre exclusivas, ou seja, algumas delas são quase idênticas para termos diferentes e outras não limitam sem ambiguidade a noção que pretendem explicitar. Só a título de exemplo, vejamos o que é dito relativamente ao termo “inventário”. A definição, numa tradução literal, diz o seguinte: “Um inventário é uma descrição mais ou menos detalhada dos elementos que compõem um ou vários fundos de arquivos”. E, logo de seguida, são propostas quatro variantes para esta noção, nesta formulação: “O inventário diz-se *inventário analítico* quando se aplica a cada uma das peças de um artigo ou a cada um dos actos de um registo”; “o inventário diz-se *inventário sumário* quando o conteúdo de cada artigo é colocado sob uma rubrica geral caracterizando sumariamente cada um dos elementos constitutivos”; “o inventário diz-se *inventário numérico* quando apenas enumera os artigos ou grupos de artigos da mesma natureza designados por um intitulado muito geral”; “o inventário diz-se *catálogo* quando se aplica a documentos da mesma natureza ou se refere a um mesmo objecto pertencendo a um ou vários fundos”⁶.

A partir do exemplo dado, facilmente se percebe a imprecisão a que nos referimos e a falta de rigor na definição inequívoca dos diferentes instrumentos “de trabalho” nomeados no léxico publicado pela Elsevier, facto que não é de

⁴ ALVES, Ivone [et al.] - *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. ISBN 972-565-146-4.

⁵ *Elsevier's lexicon of archive terminology : french, english, german, spanish, italian, dutch*. Compiled and arranged on a systematic basis by a Committee of the International Council on Archives. Amsterdam [etc.] : Elsevier Publishing Company, 1964.

estranhar numa primeira tentativa de uniformização terminológica internacional, atendendo à ainda incipiente fundamentação teórica da Arquivística, na época.

Nas três décadas seguintes à publicação do *Elsevier's lexicon...* assistimos ao aparecimento, em diversos países, de algumas obras de terminologia arquivística⁷. Contudo, só em 1984 é que surge outra publicação de carácter internacional, congregando termos em diversas línguas, resultado do empenhamento do grupo de trabalho sobre terminologia, criado em 1977 pelo Conselho Internacional de Arquivos. O novo *Dictionary of archival terminology*⁸ reunia termos em inglês e francês, com equivalentes em holandês, alemão, italiano, espanhol e russo, mas gerou um clima de grande insatisfação, pelo facto de reflectir, acima de tudo, as realidades arquivísticas francesa e anglo-saxónica e ser notória a subalternização das de outros países de línguas diferentes.

As críticas ao dicionário do C. I. A. levaram à sua revisão, tendo surgido quatro anos mais tarde uma 2ª edição⁹. Esta ainda hoje se mantém como a versão mais actualizada de um léxico de terminologia arquivística, de âmbito internacional, embora as razões que motivaram a insatisfação inicial não tivessem sido grandemente ultrapassadas.

No que respeita ao aspecto particular dos instrumentos de acesso à informação - única questão terminológica que aqui nos interessa - as definições incluídas no dicionário (2ª ed. rev., 1988) abrangem diversos termos, que seleccionámos percorrendo-o sequencialmente. Recorrendo ao texto em francês, por uma questão de maior afinidade linguística com o português, encontrámos os

⁶ Citação traduzida de: *Elsevier's lexicon...* (op. cit.) p. 39-40.

⁷ Em 1978, a revista *Archivum* dedicou um número integral à publicação de uma *Bibliographie fondamentale d'archivistique*, a qual inclui uma rubrica sobre as obras de terminologia editadas, em todo o mundo.

⁸ *Dictionary of archival terminology : english / french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish = Dictionnaire de terminologie archivistique : anglais / français avec équivalents en allemand, espagnol, italien, néerlandais et russe*. Compil. by Frank B. Evans, François-J. Himly and Peter Walne. München [etc.] : K. G. Saur, 1984. (ICA Handbook series; 3).

⁹ *Dictionary of archival terminology = Dictionnaire de terminologie archivistique : english and french with equivalents in dutch, german, italian, russian and spanish*. Ed. by Peter Walne (op. cit.).

seguintes termos, que traduzimos de forma literal, incluindo a seguir as correspondências em francês e em inglês:

- catálogo (*catalogue*)
- estado sumário ou estado dos fundos (*état sommaire ou état des fonds / summary of records*)
- guia (*guide par dépôt; guide spécialisé / guide; summary of records*)
- índice geral (*index général / general index*)
- índice (*index*)
- inventário (*inventaire / inventory*)
- inventário analítico (*inventaire analytique / calendar*)
- inventário topográfico (*inventaire topographique / shelf list*)
- lista especial (*special list*¹⁰)
- reportório cronológico (*répertoire chronologique / chronological inventory*)
- reportório numérico detalhado (*répertoire numérique détaillé / descriptive list*)

O dicionário inclui também uma definição para o termo “instrumento de pesquisa” (*instrument de recherche / finding aid*), que importa reter, visto que ela engloba a maior parte dos tipos acima referidos. A tradução da definição mais completa, dada em inglês, é a seguinte: “Instrumento de pesquisa - um documento, publicado ou não publicado, enumerando ou descrevendo um conjunto arquivístico, (1) por forma a estabelecer um controlo administrativo ou intelectual sobre ele, por parte de um serviço de arquivos; (2) tornando-o rapidamente acessível e compreensível ao utilizador. Os instrumentos de pesquisa fundamentais incluem guias, inventários, catálogos, listas / reportórios, índices, registos topográficos e, para os arquivos legíveis por máquina, a documentação informática (*software*). Também chamado meio de referência”.

¹⁰ Sem equivalente em francês.

Se bem que esta definição de “instrumento de pesquisa” só devesse abarcar os instrumentos que se destinam, especificamente, à recuperação de informação, verificamos que ela inclui “registos topográficos” e “*software*”, dois tipos de instrumentos que não têm a exclusiva finalidade da pesquisa. Por outro lado, o facto de se considerar a designação de “meio (ou instrumento) de referência” como apropriada para expressar o conceito que aqui está subjacente, leva-nos a reforçar ainda mais a ideia de que a terminologia por nós proposta - **instrumento de acesso à informação** - é a mais adequada pela sua abrangência e precisão.

Retomando as definições existentes no dicionário do C. I. A., para os termos acima enumerados, verificamos que nem sempre há uma coincidência entre o texto em inglês e o texto em francês, expostos em paralelo. Este facto traduz não só discrepâncias de carácter linguístico, mas também práticas diferenciadas e uma insuficiência teórica evidente.

Se os instrumentos de acesso à informação constituem um meio de representação de uma realidade arquivística, eles devem poder ser concebidos, em qualquer contexto, de forma análoga, ou seja, em resultado de uma mesma fundamentação teórica, um mesmo rigor científico e um mesmo método, seja qual for o seu objecto de análise. Por isso, quanto a nós, tem de haver parâmetros para determinar os tipos de instrumentos que podem ser elaborados e, de acordo com eles, as tipologias têm de ser uniformes. Não podem ser as tradições de cada país e as práticas empíricas que têm sido desenvolvidas a determinar a representação da realidade arquivística, quando esta se pretende científica.

Nas definições incluídas no dicionário do C. I. A. podemos já encontrar, de forma difusa, algumas das ideias que podem ajudar a uma clarificação desta problemática, mas ainda não surge em evidência aquilo que determina o estabelecimento de qualquer uma das tipologias enunciadas. As diferentes definições o que demonstram, acima de tudo, é uma assunção de práticas correntes como modelos a adoptar e não se apresentam como resultantes de uma

concepção teórica de carácter globalizante. Daí as suas imprecisões e contradições.

Antes de expormos a fundamentação teórica que consideramos essencial para o estabelecimento das tipologias dos instrumentos de acesso à informação e respectiva terminologia, vamos ainda deter-nos um pouco no que, em Portugal e em outros países, tem sido escrito sobre o assunto.

No nosso país, para além das determinações legais já atrás referidas, que se consubstanciaram na promulgação de normas para elaboração de instrumentos de acesso à informação, embora sem uma definição criteriosa dos diferentes tipos que enunciavam, existem alguns trabalhos interessantes sobre esta problemática.

O primeiro estudo que se conhece relativamente aos instrumentos de acesso à informação nos arquivos portugueses data de 1966 e é da autoria de Avelino de Jesus da Costa. Trata-se de um relatório apresentado ao 1º Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, realizado em Coimbra, e tem o título *Princípios gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em Arquivologia : arquivos públicos e arquivos eclesiásticos*¹¹.

Neste trabalho, Avelino J. Costa procurou fazer uma análise da situação dos arquivos especializados portugueses, quanto ao que ele designa por “instrumentos de trabalho”, segundo um plano que traçou da seguinte forma:

“I. Indicar os instrumentos de trabalho (sobretudo os inéditos) de que dispõem já os nossos Arquivos e apresentar exemplos deles;

II. Examinar a terminologia e métodos adoptados nos seguintes Arquivos;

III. Cotejar essa terminologia e métodos com os seguidos em trabalhos congéneres estrangeiros;

IV. Deduzir deste cotejo o que poderíamos conservar e o que precisaria de substituição ou de aperfeiçoamento”¹².

¹¹ COSTA, Avelino de Jesus da - *Princípios gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em Arquivologia : arquivos públicos e arquivos eclesiásticos*. Coimbra : Universidade, 1966. (Sep. de: ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1, Coimbra, 1966 - *Actas*. Coimbra : Universidade, 1966. p. 259-329).

¹² COSTA, Avelino de Jesus da - *Princípios gerais...* (*op. cit.*) p. 3.

Este plano ambicioso não pôde ser cumprido integralmente, como o próprio autor fez questão de assinalar, dizendo: “A experiência demonstrou-me, porém, que este desiderato só pode atingir-se a longo prazo e com a colaboração eficiente de muitos. O meu relatório será, portanto, apenas uma pálida amostra daquilo que deveria ser e limitar-se-á a ligeiros tópicos sobre os quatro pontos acima indicados, que ficarão como sugestões para futuros trabalhos”¹³.

Com vista à concretização dos objectivos que se propunha atingir, o autor enviou um questionário a 39 arquivos, solicitando diversas informações, nomeadamente sobre os “instrumentos de trabalho” que possuíam¹⁴. Das respostas recebidas, concluiu o seguinte: “Embora o resultado deste inquérito não correspondesse ao que desejava, posso, no entanto, dizer que são valiosos os elementos recebidos de diversos Arquivos ou que eu próprio neles fotografei. Em face destes dados, parece-me até poder concluir que o nosso atraso em matéria de inventariação e catalogação não é tão grande como quase todos pensam e afirmam, sobretudo quando nos põem em confronto com o estrangeiro.

Há neste conceito um duplo exagero, porque nem o trabalho de inventariação e catalogação no estrangeiro é tão completo e perfeito como se julga nem entre nós o atraso é tão grande como injustamente se afirma”¹⁵.

Apesar de o resultado final ter ficado àquem do projecto delineado, o trabalho de Avelino J. Costa equaciona algumas questões da maior pertinência, designadamente no que se refere à terminologia arquivística. Sobre este assunto, começa por afirmar o seguinte: “Reina também grande desorientação na terminologia adoptada para designar os instrumentos de trabalho”. De seguida, apresenta um elenco dos termos que encontrou para designar aqueles instrumentos e discute a sua aplicação, confrontando-a com a realidade de outros países. Na comparação efectuada, utiliza especialmente o *Elsevier's lexicon of archive terminology*, obra de publicação recente na época, e o trabalho do

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ O teor desse questionário pode-se ver em: COSTA, Avelino de Jesus da - *Princípios gerais...* (op. cit.) p. 4.

espanhol António Matilla Tascón - um dos mais actualizados na altura -, que congregava a “doutrina” sobre a matéria, em vigor no país vizinho¹⁶.

A abordagem que Avelino J. Costa faz desta questão centra-se, sobretudo, numa identificação das diferentes posições e perspectivas existentes, não chegando a propor qualquer metodologia para a elaboração dos instrumentos de acesso à informação. Aliás, sobre as questões de terminologia nem chega a tomar posição própria - considera que “isto é assunto a resolver por uma Comissão Nacional e não aqui” - e aceita a sugestão defendida por Mário Alberto Nunes Costa, no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em 1963¹⁷, de que “seria de toda a vantagem procurar unificar a terminologia arquivística na língua portuguesa, usando de preferência os nossos termos que têm correspondentes no estrangeiro e pondo de lado os outros”¹⁸.

Para além dos problemas terminológicos, Avelino J. Costa propõe umas “normas gerais” para a elaboração de instrumentos de trabalho, defendendo que a escolha da modalidade a adoptar “depende da natureza e importância da documentação bem como das possibilidades e funcionamento do respectivo Arquivo”, factores onde entra uma notória subjectividade, tornando-os, a nosso ver, inadequados para determinar procedimentos rigorosos.

Ainda no campo das “normas gerais”, o autor apresenta alguns modelos de “instrumentos de trabalho” - o catálogo cronológico, o guia e os índices - - indicando os elementos descritivos que deverão incluir e dando exemplos da aplicação dos critérios enunciados¹⁹. Estas orientações destinam-se a uma

¹⁵ COSTA, Avelino de Jesus da - *Princípios gerais...* (op. cit.) p. 4.

¹⁶ MATILLA TASCÓN, António - Cartilla de organización de archivos. *Boletín de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas*. Madrid. 55 (1960) 3-40.

¹⁷ O texto da intervenção de Mário Costa pode-se ver em: COSTA, Mário Alberto Nunes - Apontamento para a unificação da terminologia arquivística na língua portuguesa. In COLÓQUIO INTERNA-CIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, Coimbra, 1963 - *Actas*. Coimbra : Universidade, 1968. vol. 5, p. 205-208.

¹⁸ COSTA, Avelino de Jesus da - *Princípios gerais...* (op. cit.) p. 11.

¹⁹ A atenção dada por Avelino de Jesus da Costa à produção de instrumentos de acesso à informação pode também ser comprovada através do trabalho que elaborou em 1969, propondo umas “normas gerais para a redacção dos índices” (ver: COSTA, Avelino de Jesus da - *Subsídios para a organização de índices e sumários e para a transcrição de textos*. Coimbra : Faculdade de Letras, 1969).

normalização de procedimentos, mas não têm qualquer fundamentação teórica subjacente.

A segunda parte do trabalho desenvolvido por Avelino J. Costa consiste numa referenciação de instrumentos existentes em arquivos portugueses, resultante do inquérito que efectuara, a qual constitui uma amostra bastante significativa do que, até então, havia sido produzido nos principais arquivos especializados. Nesta medida, o seu levantamento constitui, em si mesmo, um precioso instrumento de acesso à informação, pois pode ser designado, com propriedade, como um guia de instrumentos de pesquisa, de âmbito nacional.

Um outro estudo digno de referência, pela análise, reflexão teórica e perspectiva metodológica que apresenta, é o artigo que Fernanda Mouta publicou em 1977, nos *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, intitulado *Arquivos : instrumentos de recuperação da informação*²⁰. A autora identifica com precisão o seu objecto de trabalho - “a tipificação e definição dos instrumentos de recuperação da informação contida nos Arquivos” - e faz seguidamente uma exposição fundamentada, no sentido de caracterizar adequadamente cada um dos tipos que considera fundamentais.

Este trabalho mereceu-nos a melhor atenção até porque o seu objectivo é absolutamente coincidente com o ponto que estamos a abordar, o que revela que há vinte anos atrás já este tipo de questões era motivo de reflexão, sendo considerado como fundamental o desenvolvimento de uma “teoria arquivística”.

No trabalho de Fernanda Mouta, parece-nos bastante significativo o facto de pôr em causa a “expressão, vulgarmente utilizada «*instrumentos de trabalho*»” e propor uma outra - “instrumentos de recuperação da informação” - de conteúdo menos amplo, mas mais adequado à designação dos instrumentos em apreço, sinal de uma preocupação com a precisão terminológica, numa linha que, aliás, se veio a consagrar no dicionário do C. I. A., onde figura o termo “instrumento de pesquisa”. Julgamos também bastante inovadora a teorização, ainda que breve,

apresentada para fundamentar cada um dos tipos de instrumentos que caracteriza; em particular, é interessante a distinção que faz entre “inventário” e “catálogo”, considerando como objecto do primeiro a “espécie - unidade arquivística” e como objecto do segundo o “acto”. Esta formulação, especialmente no que toca ao catálogo parece-nos bastante importante, pois chama a atenção para a mais ínfima unidade de informação (o acto) como objecto de análise.

Infelizmente a abordagem teórica é pouco extensa e a autora deteve-se bastante na exemplificação prática das suas propostas. Apesar disso, e atendendo à situação de quase absoluta ausência de teorização arquivística que existia no nosso país e à escassa literatura internacional que entre nós circulava, o trabalho de Fernanda Mouta é uma referência de indiscutível importância em matéria de acesso à informação nos arquivos.

No ano seguinte, foi publicado um outro trabalho sobre o mesmo assunto, da autoria de Alzira Teixeira Leite Moreira, sob o título *O Instrumento de busca ao serviço do investigador*²¹, que apresenta, de forma descritiva, os vários “instrumentos de busca” considerados essenciais para satisfazer as necessidades informativas dos utilizadores.

Não temos conhecimento de quaisquer outros estudos dedicados especificamente ao tema dos instrumentos de acesso à informação, publicados em Portugal. As questões de terminologia que, naturalmente, incluem este aspecto particular da Arquivística, apenas em 1990 tiveram expressão através do projecto de Norma Portuguesa 4041/90, intitulado *Documentação : terminologia arquivística : conceitos básicos*²². Este projecto aguarda a publicação como norma definitiva, trabalho a cargo da Subcomissão de Arquivos (SC6) da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização (CT7).

²⁰ MOUTA, Maria Fernanda - Arquivos : instrumentos de recuperação da informação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Coimbra. 13:82 (Jul.-Dez. 1977) 190-202.

²¹ MOREIRA, Alzira Teixeira Leite - *O Instrumento de busca ao serviço do investigador*. Coimbra : [s.n.], 1978. (Sep. de : *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 34.)

²² PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 - *Projecto de norma portuguesa : prNP 4041 : documentação : terminologia arquivística : conceitos básicos*. [Lisboa] : I. P. Q., 1990.

O facto de o prNP 4041 ser um léxico restrito, insuficiente para satisfazer as necessidades sentidas no campo da terminologia, a ausência do idioma português nas duas edições do dicionário do C. I. A., a evolução verificada nas realidades institucionais, fruto do uso das tecnologias da informação, foram factores determinantes para que uma comissão de arquivistas, no âmbito da SC6, assumisse o encargo específico de redigir um dicionário de terminologia arquivística, em português, embora inicialmente tivesse sido pensado apenas proceder à tradução do dicionário do C. I. A., uma ideia que se foi mostrando pouco exequível. Os trabalhos da comissão ficaram concluídos em 1993, tendo sido cumprida a sua tarefa com a publicação do *Dicionário de terminologia arquivística*²³.

No léxico português são, obviamente, incluídas as definições para os instrumentos de acesso à informação, que aí têm a designação de “instrumentos de descrição documental”, por influência da terminologia espanhola mais recente, de que Antónia Heredia Herrera tem sido a principal mentora.

O termo proposto para o conceito que se pretende definir é, em nossa opinião, bastante mais inadequado do que o do dicionário internacional do C. I. A. (instrumento de pesquisa), não só porque nem todos os instrumentos destinados ao acesso à informação contêm elementos descritivos, mas também porque não são apenas resultantes da operação de descrição. Além disso, existem outros instrumentos destinados, de facto, a apoiar a descrição documental, que nada têm a ver com o acesso.

Para além da impropriedade do termo, também a definição que do mesmo é dada carece de alguma precisão. Na definição de “instrumento de descrição documental” pode-se ler o seguinte: “documento secundário que referencia e/ou descreve as unidades arquivísticas, quantificando as respectivas unidades de instalação, tendo em vista o seu controlo e/ou acessibilidade. Os principais

²³ ALVES, Ivone [et al.] - *Op. cit.*

instrumentos de descrição são: guias, roteiros, inventários, catálogos, registos, listas e índices”²⁴.

A definição citada não se ajusta com rigor a todos os tipos de instrumentos citados e, por isso, torna-se algo imprecisa. Por exemplo, os índices podem não ter qualquer elemento descritivo, nem quantificar as unidades de instalação; os registos também não têm, necessariamente, de quantificar as unidades de instalação; as listas, designadas sem qualquer qualificativo, carecem de significação.

Passando da definição genérica às dos tipos específicos nomeados, encontramos uma maior precisão e, sobretudo, uma caracterização com base no nível descritivo que de que resultam. Nas definições dadas no dicionário não há uma referência explícita à questão do nível da análise correspondente a cada instrumento, mas esta ideia está, no que toca ao aspecto particular da descrição, subjacente a essas mesmas definições.

Comparativamente com a produção portuguesa de estudos sobre os instrumentos de acesso à informação, o que se tem publicado no estrangeiro é, sem dúvida, muito mais abundante. A França é, porventura, o país onde esta questão tem sido objecto de maior número de trabalhos e onde existe uma regulamentação específica, que remonta a meados do século XIX²⁵. Em outros países, como a Espanha, também a questão tem sido estudada dando origem a relevantes estudos, pelo punho de Antónia Heredia Herrera ou Maria del Carmen

²⁴ ALVES, Ivone [et al.] - *Op. cit.*, p. 59.

²⁵ Da abundante literatura francesa sobre o assunto, apenas julgamos pertinente referir a que nos parece mais importante; a partir dela podem ser referenciados muitos outros trabalhos de interesse mais restrito para esta temática: BAUDOT, Marcel - Les Instruments de recherche. In ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS - *Manuel d'Archivistique : théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris : S. E. V. P. E. N., 1970. p. 243-293; DUCHEIN, Michel - Les Guides d'archives. *Archives et Bibliothèque de Belgique*. Bruxelles. 47 (1976) 117-132; HILDESHEIMER, Françoise - Inventaires d'archives et recherche historique. *La Gazette des Archives*. Paris. 117/118 (2^{ème}-3^{ème} trim. 1982) 71-81; DUCHEIN, Michel - *La Clef du trésor...* (*op. cit.*); Les Instruments de recherche aujourd'hui. *La Gazette des Archives*. Paris. N^o spécial. 152/153 (2^{ème}-3^{ème} trim. 1991); NOUGARET, Christine - Classement et description : des principes à la pratique. 4. Typologie des instruments de recherche. In *La Pratique archivistique française*. Dir. de Jean Favier. Paris : Archives Nationales, 1993. ISBN 2-86000-205-7. p. 153-176; JOURNÉES D'ÉTUDE DE LA DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, Le Mans, 1995 - *Les Instruments de recherche et leurs utilisateurs : bilan et perspectives*. Paris : Direction des Archives de France, 1996. ISBN 2-911601-03-3.

Pescador del Hoyo, duas arquivistas que deram especial atenção ao tema, valorizando particularmente as questões terminológicas que lhe são inerentes²⁶.

Também no Canadá assistimos, nas duas últimas décadas, a uma proliferação de literatura sobre esta matéria, facto que está directamente relacionado com o esforço de normalização arquivística desenvolvido nesse país²⁷.

Do mundo anglo-saxónico, as referências que nos chegam relativamente a literatura sobre o assunto não são em grande quantidade, embora haja, como é óbvio, escritos importantes a tal respeito²⁸.

A nível internacional é também de referir que a questão dos instrumentos de acesso à informação foi objecto de discussão em algumas reuniões internacionais promovidas pelo C. I. A., em diversas ocasiões. A 5ª Conferência Internacional da *Table Ronde des Archives* (Lisboa, 1959), sobre o tema “Os arquivos ao serviço da pesquisa histórica”, ou o 5º Congresso Internacional de Arquivos (Bruxelas, 1964), onde se discutiu o tema das “publicações dos arquivos”, ou ainda o 7º Congresso Internacional de Arquivos (Moscou, 1972), que tratou particularmente dos “instrumentos de pesquisa dos arquivos”, são disso a melhor expressão²⁹.

²⁶ Ver, particularmente: HEREDIA HERRERA, Antonia - Los Instrumentos de descripción. In *Archivística : estudios básicos*. Sevilla : Diputación Provincial, 1981. ISBN 84-500-4766-8. p. 81-95; HEREDIA HERRERA, Antonia - *Manual de instrumentos de descripción documental*. Sevilla : Diputación Provincial, 1982. ISBN 84-500-5412-8; PESCADOR DEL HOYO, Maria del Carmen - *El Archivo : instrumentos de trabajo*. Madrid : Ediciones Norma, 1986.

²⁷ A título de exemplo, ver: BEAUDIN, François - La Création des instruments de recherche par l'archiviste. *Archives : revue de l'Association des Archivistes du Québec*. Québec. 69:1 (1969) 39-50; TAILLEMITE, Etienne - Les Instruments de recherches dans les archives. In TAYLOR, Hugh A. - *The Arrangement and description of archival materials*. München [etc.] : K. G. Saur, 1980. (ICA Handbooks Series; vol. 2). ISBN 3-598-20272-5 (Originalmente publicado em: *Archives : revue de l'Association des Archivistes du Québec*. Québec. 73:2 (Juil.-Déc. 1973) 11-22); CARDINAL, Louis [et al.] - *Les Instruments de recherche pour les archives*. La Pocatière : Documentor, 1984. ISBN 2-89123-102-3; ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - Instruments de recherche. In *Les Fondements de la discipline archivistique (op. cit.)*. p. 124-127.

²⁸ Ver, por exemplo: SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Committee on Finding Aids - *Inventories and registers : a handbook of techniques and examples*. Chicago : S. A. A., 1976; COOK, Michael - Archival description. In *The Management of information from archives (op. cit.)*. p. 103-124.

²⁹ No que respeita aos estudos produzidos no âmbito do C. I. A., podem-se ver as actas das reuniões referidas em: CONFÉRENCE INTERNATIONALE DE LA TABLE RONDE DES ARCHIVES, 5, Lisboa, 1959 - *Les Archives au service de la recherche historique. Actes...* Paris : Direction des Archives

Igualmente importantes são os estudos produzidos no âmbito do programa RAMP, entre os quais se salientam, particularmente, os de Françoise Hildesheimer e Christopher Kitching³⁰.

Da literatura sobre os instrumentos de acesso à informação e sobre terminologia arquivística publicada em Portugal e, sobretudo, no estrangeiro, podemos verificar que não há uniformidade na definição tipológica de tais instrumentos nem, conseqüentemente, na respectiva terminologia.

De um modo geral, o termo “instrumento de pesquisa” é, actualmente, o de maior aceitação, figurando no dicionário internacional do C. I. A. em substituição de “instrumento de trabalho”, que constava do anterior léxico multilíngue, da responsabilidade do mesmo organismo e publicado pela Elsevier. Mas também coexistem os termos “instrumento de descrição” (em Espanha e Portugal)³¹, ou outros como, por exemplo, “instrumento de referência” e “instrumento de gestão” (no Canadá)³². Há ainda autores que se referem a “instrumentos de controlo” ou mesmo ainda a “instrumentos de trabalho”, designação já quase caída em desuso por ser demasiado imprecisa.

Em alternativa a todos os termos referidos, a nossa opinião é, como já temos vindo a referir e a aplicar ao longo desta dissertação, em favor do termo **“instrumento de acesso à informação”**, suficientemente abrangente mas, ao mesmo tempo, com a precisão semântica necessária para designar todo e qualquer instrumento que permite localizar ou recuperar informação (aceder a ela),

de France, 1961; INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 5, Brussels, 1964 - -
Proceedings... *Archivum*. Paris. 14 (1968); INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 7,
Moscow, 1972 - Proceedings... *Archivum*. Paris. 24 (1976).

³⁰ HILDESHEIMER, Françoise - *Directives méthodologique concernant la préparation des guides généraux d'archives nationales*. Paris : UNESCO, 1983. (PGI-83/WS/29); KITCHING, Christopher - -
The Impact of computerization on archival finding aids : a RAMP study. Paris : UNESCO, 1991. (PGI--
91/WS/16).

³¹ Este termo figura nos dicionários de terminologia arquivística, português e espanhol (ver: ALVES, Ivone [et al.] - *Op. cit.* p. 59 e ESPANHA. Ministério de Cultura. Subdirección General de los Archivos Estatales - *Diccionario de terminología archivística*. 2ª ed. Madrid : S. G. A. E., 1995. ISBN 84-8181- -
066-5. p. 40).

³² Há, no entanto, autores canadianos que empregam o termo “instrumento de pesquisa”, numa linha bastante em consonância com a tradição arquivística francesa. Um exemplo desta corrente pode ser visto em : CARDINAL, Louis [et al.] - *Op. cit.*

independentemente de a sua finalidade ser o trabalho / controlo (função de serviço interna) ou a pesquisa / referência (função de serviço interna e externa).

No que respeita às tipologias dos instrumentos de acesso à informação, a terminologia tem de decorrer de uma caracterização adequada. Esta, quanto a nós, é determinada, sobretudo, pelo *nível de análise arquivística* adoptado, o qual pode variar entre o *arquivo* (ou arquivos) na sua globalidade - a mais vasta unidade arquivística - e o *documento simples* - a mais ínfima unidade arquivística.

A relação entre o nível de descrição (não de análise, como nós o concebemos) e os instrumentos de acesso pode-se já encontrar implícita nas definições em inglês, incluídas no dicionário do C. I. A. e no *Dicionário de Terminologia Arquivística*, em português; encontra-se também devidamente exposta na teorização que Antónia Heredia Herrera desenvolve nos seus escritos sobre este assunto³³; está claramente expressa na obra de Michael Cook, *The Management of information from archives*³⁴ e aplicada no *MAD*³⁵; e pode também ser vista, por exemplo, na obra de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, recentemente publicada³⁶. Está, contudo, ausente de muitas outros estudos sobre o assunto, nomeadamente nos de origem francesa.

Apesar de encontrarmos nos trabalhos referidos o estabelecimento de uma relação entre o nível de descrição arquivística e os instrumentos de acesso à informação, as formulações dos vários autores não são uniformes e a terminologia usada para caracterizar os instrumentos é muito variável, havendo mesmo aplicações de um mesmo termo a situações de extrema diversidade. Isto resulta, em grande parte, do facto de não existir uma fundamentação teórica para esta questão, decorrente da aplicação do método arquivístico.

³³ Ver: HEREDIA HERRERA, Antonia - Los Instrumentos de descripción (*op. cit.*); HEREDIA HERRERA, Antonia - *Manual de instrumentos de descripción documental* (*op. cit.*).

³⁴ COOK, Michael - *The Management of information...* (*op. cit.*).

³⁵ COOK, Michael - Archival description... (*op. cit.*); COOK, Michael; PROCTER, Margaret - *Manual of archival description* (*op. cit.*).

³⁶ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - Instruments de recherche... (*op. cit.*).

Este nosso trabalho, além de analisar a problemática dos instrumentos de acesso à informação, quanto à abordagem que do assunto tem sido feita, visa também estabelecer um modelo teórico para a sua caracterização e respectiva terminologia, o qual incorpora, naturalmente, posições já defendidas por alguns autores, mas procura clarificar e sistematizar globalmente esta questão.

Ao ser aplicado o método arquivístico de investigação quadripolar para se chegar ao conhecimento de qualquer realidade arquivística e, conseqüentemente, para a sua representação rigorosa através de um instrumento de acesso à informação, há que partir do conhecimento do arquivo em todas as suas componentes, ou seja, há que fazer uma análise arquivística, a qual, como veremos, pode variar de extensão, isto é, pode ter diferentes graus de profundidade.

Todo e qualquer sistema de informação arquivística (= arquivo) resulta da acção de um organismo (o seu produtor), em evolução dinâmica e tem uma estrutura orgânico-funcional própria, reflexo da própria estrutura do organismo que o produz. A análise deste sistema de informação pode, como já referimos, ser feita com diversos graus de profundidade, que designaremos por *níveis de análise arquivística*. Em nosso entender, devem ser estabelecidos três níveis, correspondendo o primeiro a uma menor profundidade, o segundo a uma profundidade média e o terceiro a uma maior profundidade.

Em cada nível, a análise tem por objecto aquilo que designaremos por *unidades arquivísticas*, sendo estas singulares ou conjuntos homogêneos de unidades singulares, que só têm significado no contexto do sistema de informação de que fazem parte.

Partindo do elemento mais ínfimo até à mais vasta unidade arquivística, já que entendemos o arquivo como algo que se constitui e cresce a partir de uma acumulação progressiva e não como um conjunto que se decompõe em partes, de uma forma hierarquizada, vamos considerar alguns conceitos operatórios que

aplicaremos, de seguida, na explicitação do modelo teórico dos níveis de análise arquivística:

ACTO INFORMACIONAL - conjunto de dados que formam uma unidade de informação, traduzindo um acto jurídico, administrativo ou de outra natureza, ou um facto, e que se materializam na forma de um documento simples (por exemplo, uma acta, um assento de baptismo, um relatório, uma factura, um foral, etc.).

O acto informacional (= unidade de informação), embora seja considerado na sua materialidade (informação fixada num suporte)³⁷, não pode deixar de ser também apreendido na sua essência, ou seja, desligado do suporte, pois enquanto tal é passível de análise (é cognoscível), de transferência para um outro suporte e de representação formal (em termos de indexação, por exemplo).

DOCUMENTO - a mais ínfima unidade arquivística, constituída por um ou mais actos informacionais fixados num suporte indivisível, do ponto de vista arquivístico; pode assumir a forma de documento *simples*, quando contém apenas uma unidade de informação (um só acto), ou a forma de documento *composto*, quando é constituída por mais do que uma unidade de informação, em suportes distintos, ou seja, por documentos simples (actos informacionais associados e com significado apenas nessa condição).

Os documentos compostos podem assumir uma maior ou menor complexidade, como acontece no caso dos processos³⁸.

³⁷ A distinção entre “informação” e “documento” é importante que seja feita pois o uso das novas tecnologias veio pôr em causa a noção estática de documento, que considera a informação indissociável do suporte em que está fixada, para evidenciar a importância da informação como objecto de estudo de variadas disciplinas.

³⁸ A definição de “processo” tem levantado algumas dificuldades, já que para além dos processos jurídicos e administrativos, sujeitos a uma determinada tramitação, normalmente regulamentada, existem também processos temáticos (chamados “dossiers”), que constituem uma unidade arquivística. O termo “processo” que aqui usamos engloba todas estas variedades.

SÉRIE ARQUIVÍSTICA - unidade arquivística, constituída por documentos da mesma tipologia, produzidos em série, como resultado de uma mesma actividade ou função. As séries podem subdividir-se em *subséries*, correspondendo a tipos mais específicos dentro da tipologia geral que lhes dá homogeneidade.

Poderá haver séries de actos informacionais (por exemplo, de assentos de baptismo, em livros), de documentos simples (por exemplo, de contratos de arrendamento, tendo cada um suporte próprio) ou séries de documentos compostos (por exemplo, séries de processos de obras).

ARQUIVO - a mais vasta unidade arquivística, caracterizada segundo três factores - a estrutura orgânica, a função serviço/uso e a memória - e materializada em documentos, simples ou compostos, que podem ter uma existência singular ou um carácter repetitivo, constituindo, neste caso, séries arquivísticas de tipologia uniforme. De acordo com a complexidade da estrutura orgânica e das funções, o arquivo pode subdividir-se em *secções* e *subsecções*.

Com base na conceptualização que acabámos de expor, podemos considerar três unidades arquivísticas - o *documento*, a *série* e o *arquivo* - para servirem de objecto à análise por níveis. Assim, num primeiro nível, a análise centra-se no arquivo e suas subdivisões (*secções* e *subsecções*); num segundo nível centra-se nas séries arquivísticas e nos documentos não seriados, considerados de forma genérica, isto é, privilegia as séries enquanto conjunto homogéneo, mas não deixa de abarcar também as unidades arquivísticas isoladas, que não formam qualquer série; e, num terceiro nível, incide sobre cada documento (simples ou composto) ou acto informacional, de *per se*, quer eles façam parte de uma série, quer existam de forma isolada.

Apresenta-se, de seguida, esta conceptualização, de forma esquemática, com vista a uma melhor explicitação do que foi exposto:

1º nível - **sumário**

Unidade arquivística: **ARQUIVO**

- Secção
- Subsecção

A análise pode ser feita com maior ou menor exaustividade, conforme se considere a totalidade do arquivo ou apenas algumas das suas secções e/ou subsecções, mas com pouca profundidade, pois não desce à consideração dos documentos em série, ou isolados, que integram o arquivo ou as suas partes

2º nível - **profundo**

Unidades arquivísticas: **SÉRIE ARQUIVÍSTICA / DOCUMENTO (análise genérica)**

- séries arquivísticas de actos informacionais, de documentos simples ou de documentos compostos
- subséries arquivísticas de actos informacionais, de documentos simples ou de documentos compostos
- unidades arquivísticas isoladas (documentos que não formam série)

A análise deve ser feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas), embora com uma profundidade média e, portanto, com pouca especificidade, isto é, não descendo à consideração de cada documento, no interior de cada série e/ou subsérie

3º nível - **exaustivo**

Unidade arquivística: **DOCUMENTO (análise específica)**

- simples (considerando cada acto informacional)
- composto

A análise não é, normalmente, feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas de um sistema de informação), mas assume um elevado grau de profundidade e grande especificidade, isto é, desce à consideração de cada documento e de cada acto informacional, de *per se*, centrando-se nos seus dados informativos mais elementares. ⁽³⁹⁾

³⁹ Para designar os diferentes níveis, usamos a terminologia proposta por Richard P. Smiraglia com vista à análise de conteúdo (indexação), por considerarmos que se adapta perfeitamente ao nosso objectivo (ver: SMIRAGLIA, Richard P. - Subject access to archival materials using LCSH. In *Describing archival materials : the use of the MARC AMC format*. Ed. Richard P. Smiraglia. New York : Haworth Press, 1990. ISBN 0-86656-916-2. p. 63-90).

No 1º nível de análise (*nível sumário*) consideramos toda e qualquer abordagem que abarca o arquivo (ou arquivos) na sua totalidade, podendo também “descer” a uma maior especificidade, tendo em conta as partes que o compõem (secções e subsecções orgânico-funcionais). Como a existência das secções e subsecções depende da complexidade da estrutura (num arquivo unicelular não há lugar a estas subdivisões), entendemos que não faz sentido criar mais níveis de análise, pois a profundidade da abordagem a fazer para a globalidade do arquivo ou para as suas componentes orgânico-funcionais não apresenta quaisquer diferenças.

O 2º nível de análise (*nível profundo*) assenta numa abordagem das séries arquivísticas, mas engloba também as unidades arquivísticas que não formam séries, com vista a uma representação completa da totalidade do arquivo ou suas partes componentes (secções e/ou subsecções). A análise pode descer até à enumeração das unidades de instalação (maços, caixas, etc.) que constituem as séries, mas não até aos documentos ou aos actos informacionais individualmente, a não ser nos casos em que estes se apresentam isolados, isto é, quando não integram qualquer série⁴⁰. Poderá haver situações em que se identificam subséries, facto que não implica a criação de um outro nível, uma vez que a análise a fazer é absolutamente idêntica.

O 3º nível de análise (*nível exaustivo*) diz respeito aos documentos e aos actos informacionais, numa abordagem específica e de muita profundidade, sendo considerados, individualmente, quer cada um dos que constituem uma série, quer os que se apresentam isolados⁴¹. Assim, entendemos que, neste 3º nível, a análise

⁴⁰ Se numa análise de 2º nível se pretende abarcar a totalidade de um arquivo, ou de uma secção do mesmo e existem unidades arquivísticas “soltas”, que não fazem parte de nenhuma série (por exemplo, um foral, os estatutos de uma colectividade, um registo documental de um acontecimento ou de um acto isolado) elas deverão também ser consideradas, pois só assim poderá ser feita uma representação completa da realidade arquivística em causa.

⁴¹ Tem sido muito comum designar estas unidades arquivísticas como “peças”. Parece-nos, contudo, que o termo “peça” não é suficientemente preciso (um livro pode ser considerado uma peça e, no entanto, conter inúmeros actos informacionais) nem pode ser entendido como sinónimo de “documento”, pois o termo “documento” nem sempre identifica inequivocamente o conceito de unidade arquivística elementar (simples), uma vez que num mesmo documento podem estar registados vários actos.

deve centrar-se nos documentos e nos actos informacionais que compõem as séries ou que não fazem parte de qualquer série, sejam eles simples ou compostos.

Uma vez definidos os vários níveis de análise e as unidades arquivísticas correspondentes, importa agora estabelecer a relação com os instrumentos de acesso, pois eles são o produto final (representação da realidade arquivística) de todo um trabalho prévio de conhecimento do arquivo, fruto da aplicação do método.

Correspondendo aos três níveis de análise enunciados, consideramos três tipos de instrumentos - *guia*, *inventário* e *catálogo*. O guia corresponde ao 1º nível de análise, o inventário ao 2º e o catálogo ao 3º.

Cada um desses instrumentos pode abarcar realidades diferentes (circunscrever-se a um dado âmbito) e, portanto, formalizar-se através de tipos específicos, que não deixam de pertencer à categoria definida para o seu tipo genérico, visto que o nível de análise de que resultam é o mesmo.

Os três instrumentos mencionados caracterizam-se deste modo: contêm elementos descritivos susceptíveis de identificar a realidade que representam; contêm elementos orientadores passíveis de localizar a informação a que se referem.

Embora o estabelecimento de uma correspondência entre os níveis de descrição e os instrumentos de acesso seja aceite por uma parte significativa da comunidade arquivística, como se pode perceber de alguns estudos e léxicos de terminologia, a sua formulação teórica não se encontra ainda enunciada de forma doutrinária e genérica, uma vez que a questão dos níveis só tem sido colocada para efeitos descritivos. Além disso, mesmo relativamente à descrição, não se verifica consenso quanto ao número de níveis que devem ser estabelecidos nem

quanto ao objecto (unidades arquivísticas) a considerar em cada um com vista à produção dos instrumentos de acesso⁴².

A norma ISAD(G), ao estabelecer como princípio básico a descrição multinível, está explicitamente a estabelecer níveis de descrição, mas também não relaciona essa descrição com os instrumentos de acesso em que a mesma pode ser inserida. Além disso, para a elaboração dos referidos instrumentos não basta definir o nível da descrição, pois eles não resultam apenas dessa operação técnica. Também contêm pontos de acesso, que são o resultado da “indexação” (aqui entendida em sentido lato e não apenas conotada com o estabelecimento de pontos de acesso por assuntos), a qual, por sua vez, também varia consoante o nível de análise adoptado.

Para uma melhor explicitação do que acabamos de expor, veja-se a seguinte tabela:

Nível de análise	Tipo de instrumento (genérico)	Tipo de instrumento (específico)
1º nível	guia	guia de arquivo(s) / guia de arquivo especializado / guia temática / etc.
2º nível	inventário	inventário de arquivo(s) / inventário de arquivo especializado / inventário temático / etc.
3º nível	catálogo	catálogo de arquivo(s) / catálogo de arquivo especializado / catálogo de... (tipo documental) / catálogo temático / etc.

Os diversos tipos específicos podem ainda restringir-se a determinados tipos de documentos (por exemplo, um catálogo só de cartas régias), ou a actos

⁴² No estudo canadiano sobre os instrumentos de pesquisa, publicado em 1984 (CARDINAL, Louis [et al.] - *Op. cit.*), já são considerados dois níveis, no que toca aos mesmos instrumentos, mas com um significado muito diferente do que nós estabelecemos. Os autores do referido estudo consideram “instrumentos de primeiro nível” os que se referem quer às unidades arquivísticas - “depósito, fundo, peça” - quer às unidades de agrupamento (“classement”) - “grupo de fundos, série, artigo” - e “instrumentos de pesquisa de segundo nível”, os que “permitem recuperar mais rapidamente uma informação específica no interior de uma massa de documentos”, como sejam os índices alfabéticos e cronológicos e os guias temáticos, apesar de também estes se referirem às unidades arquivísticas ou às “unidades de agrupamento” tal como os instrumentos de 1º nível.

informativos fixados num determinado suporte (pergaminho) ou a limites geográficos e/ou cronológicos (por exemplo, um guia de arquivos de âmbito nacional ou regional, ou um catálogo de documentação do século XVI).

Como postulámos logo no início deste ponto, a produção de instrumentos de acesso à informação não é determinada apenas pelo nível de análise adoptada, mas também pela finalidade a que se destinam.

A correspondência biunívoca entre nível de análise / instrumento de acesso, que antes expusemos, diz respeito àqueles instrumentos que se destinam à pesquisa de informação e que, normalmente, são considerados como essenciais no trabalho arquivístico. Além disso, é através deles que os utilizadores externos ao próprio sistema arquivístico têm acesso à informação. Na sua composição há, obrigatoriamente, duas espécies de elementos informativos: os de tipo identificativo, que constituem a descrição arquivística propriamente dita; os de tipo orientador, que conduzem à informação e se formalizam através dos pontos de acesso.

Para além dos instrumentos de pesquisa referidos, há ainda um outro tipo muito comum, que recebe a designação genérica de *índice* e que não resulta exclusivamente da análise arquivística feita a um determinado nível, mas pode ser produzido a qualquer um dos níveis. É, pois, produto de uma abordagem vertical ou horizontal do sistema de informação, embora deva sempre tornar inteligível o nível de análise que foi escolhido para a sua elaboração.

Os índices podem ter características muito diversas, o que permite igualmente considerar tipos específicos. Esta especificidade não resulta apenas do nível de análise arquivística, mas também do tipo de pontos de acesso que incluem.

Consoante o nível adoptado, poderá produzir-se, por exemplo, um “índice de arquivo(s)” ou um “índice de arquivo(s) especializado(s)” (1º nível), um “índice de série(s) arquivística(s)” (2º nível), um “índice de processos”, um “índice de documentos simples” ou um “índice de actos informativos” (3º

nível). E, dentro de cada um dos níveis, poderá ainda estabelecer-se um âmbito particular, o que proporciona a produção, por exemplo, de um “índice temático” ou um índice de determinados tipos documentais ou de informação em suportes informativos particulares.

Normalmente, os elementos constitutivos de um índice são apenas de tipo orientador (pontos de acesso e referência topográfica), não havendo uma parte descritiva. Assim, de acordo com o tipo de pontos de acesso, também os índices se podem enquadrar em tipologias específicas, a saber: índice alfabético (com as variantes de antroponímico, toponímico, geográfico, ideográfico), índice cronológico, índice sistemático (de assuntos ou de outra natureza, dependendo do tipo de classes estabelecidas) ou índice topográfico.

Para além dos guias, inventários, catálogos e índices - os únicos instrumentos que, em rigor, podem receber a designação de “instrumentos de pesquisa” -, existem ainda outros instrumentos de acesso à informação, que têm, essencialmente, uma finalidade de controlo. A sua divulgação pública geralmente não ocorre, pois cumprem uma função interna de gestão que não extravasa para os utilizadores externos.

Tal como os índices, os instrumentos de controlo não correspondem exclusivamente a um determinado nível de análise arquivística, mas podem resultar de qualquer um dos níveis de análise. Mas apesar da variabilidade da sua abrangência, deverá ser facilmente perceptível, em cada caso, o tipo de análise que esteve subjacente à sua produção e o nível a que a mesma foi feita.

Com uma finalidade de controlo e gestão, mas não excluindo a do acesso, podemos ter diversos tipos de instrumentos, de que os mais comumente referidos são o inventário topográfico, a lista (ou guia) de incorporações, as tabelas de avaliação e o recenseamento de arquivos.

O inventário topográfico resulta, obviamente, de uma análise de 2º nível, pois o seu objecto são as unidades de instalação e/ou cotação e estas, normalmente, são formadas por mais do que uma unidade arquivística.

A lista de incorporações pode referir-se a unidades arquivísticas de diverso tipo (um arquivo na sua globalidade, várias séries arquivísticas com as respectivas unidades de instalação, etc.), sendo, por isso, variável o nível de análise que precede a sua elaboração; porém, geralmente, resulta de uma análise de 2º nível.

As tabelas de avaliação concebem-se, quase sempre, em função das séries arquivísticas e dos documentos que não formam série, correspondendo, portanto, ao 2º nível de análise.

O chamado “recenseamento de arquivos” ou “censo de arquivos”, procede de uma análise das unidades arquivísticas que, normalmente, também é de 2º nível.

Naturalmente que, para efeitos de gestão e controlo, os arquivos podem produzir outros instrumentos que, simultaneamente, sirvam como meios de acesso à informação. Sejam quais forem esses instrumentos, o importante é que não se perca o contexto da informação analisada e se torne perceptível o nível de análise considerado para a sua elaboração.

A terminar esta abordagem julgamos ainda importante comparar o modelo teórico que definimos e a terminologia adoptada para designar os instrumentos de acesso à informação com o que sobre este assunto tem sido, modernamente, definido por autores estrangeiros. É em obras canadianas, espanholas e francesas, que se encontra melhor sistematizada a questão dos instrumentos de acesso à informação e respectiva terminologia, embora as posições assumidas não sejam absolutamente consensuais.

Para a comparação que apresentamos de seguida, escolhemos três obras representativas da Arquivística de cada um dos países mencionados⁴³ e estabelecemos um paralelismo entre os vários tipos de instrumentos aí referidos e aqueles que nós definimos, com base nos níveis de análise arquivística que lhes estão subjacentes.

QUADRO I

NOSSA TIPOLOGIA ⁴⁴	TIPOLOGIA CANADIANA ⁴⁵	TIPOLOGIA ESPANHOLA ⁴⁶	TIPOLOGIA FRANCESA ⁴⁷
1º nível de análise			
<ul style="list-style-type: none"> - guia - índice - quadro de classificação 	<ul style="list-style-type: none"> - cadre général de classification - catalogue des archives - catalogue des fonds - état général des fonds - guide du service d'archives - guide par service d'archives - guide par fonds - guide par groupe de fonds ou sous-groupe de fonds 	<ul style="list-style-type: none"> - censo - guia especial - guia geral - índice 	<ul style="list-style-type: none"> - état général des fonds - état sommaire - état des versements - guide par catégories de recherches - guide par service d'archives - guide par types de fonds - procès-verbal de recensement

⁴³ Do Canadá, seleccionámos o estudo de autoria de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, que foi recentemente traduzido para português: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - *Les Fondements de la discipline archivistique* (*op. cit.*); de Espanha, elegemos a obra de Antónia Heredia Herrera, que fez “doutrina” nesta matéria: HEREDIA HERRERA, Antonia - *Manual de instrumentos de descripción documental* (*op. cit.*); de França, escolhemos o trabalho de Christine Nougaret, incluído no mais recente manual de Arquivística produzido neste país: NOUGARET, Christine - *Classement et description : des principes à la pratique. 4. Typologie des instruments de recherche* (*op. cit.*).

⁴⁴ Apenas indicamos os tipos gerais, pois as variantes dentro de cada tipo têm a ver com o seu âmbito particular e não têm qualquer implicação no estabelecimento da tipologia.

⁴⁵ Os autores canadianos distinguem entre instrumentos de pesquisa, instrumentos de referência e instrumentos de gestão, consoante a sua finalidade; contudo, como nas várias categorias há instrumentos de acesso à informação, incluímos no quadro aqueles que, do nosso ponto de vista, podem ser designados como tal.

⁴⁶ Antónia Heredia Herrera distingue entre “instrumentos de descrição” - o guia, o inventário e o catálogo - e “instrumentos auxiliares de descrição” - os índices e os registos. Para além destes instrumentos, considera ainda o “censo”, como um caso à parte, pelas suas características especiais.

⁴⁷ Christine Nougaret considera dois tipos de instrumentos de pesquisa: os de uso interno no serviço de arquivos e os destinados ao uso do público.

	<ul style="list-style-type: none"> - guide thématique - index général - liste chronologique - liste de contrôle 		
--	---	--	--

NOSSA TIPOLOGIA	TIPOLOGIA CANADIANA	TIPOLOGIA ESPANHOLA	TIPOLOGIA FRANCESA
2º nível de análise			
<ul style="list-style-type: none"> - guia de incorporação - índice - inventário - recenseamento de ar-quivos - tabela de avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> - guide de classification officielle ou uni-forme - guide par série - guide par sous-série - guide par sous-sous-série - index général - liste chronologique - liste de contrôle - récolement - registre des accroissements - répertoire chronologique - répertoire numérique détaillé - répertoire numérique simple - répertoire sommaire 	<ul style="list-style-type: none"> - índice - inventário - registro 	<ul style="list-style-type: none"> - bordereau de versement - répertoire méthodique - répertoire numérique
3º nível de análise			
<ul style="list-style-type: none"> - catálogo - índice 	<ul style="list-style-type: none"> - index chronologique - index général - index onomastique / géographique - index sujet / matière - inventaire des documents - inventaire sommaire - inventaire analytique - liste chronologique - liste de contrôle 	<ul style="list-style-type: none"> - catálogo alfabético - catálogo cronológico - índice 	<ul style="list-style-type: none"> - catalogue - index - inventaire analytique - inventaire sommaire par échantillonnage

A partir do Quadro I pode-se verificar que muitos dos instrumentos referidos pelos vários autores correspondem, na verdade, a tipos específicos dentro de uma categoria geral, não se justificando, em nosso entender, uma tão

vasta proliferação de designações; apenas o caso espanhol revela uma maior precisão e, por isso, é o que mais se aproxima do modelo por nós estabelecido. Além disso, nota-se também uma falta de uniformidade na nomenclatura adoptada nas obras analisadas, o que não pode ser visto apenas como uma mera variação terminológica, mas como sinal da falta de teorização consistente em matéria de instrumentos de acesso à informação.

A nossa proposta de tipologia procura uma definição inequívoca dos diferentes instrumentos, em função dos níveis de análise arquivística e da finalidade da sua produção, não estabelecendo diferenças conceptuais entre instrumentos que resultam de um mesmo nível de análise e que têm idênticas finalidades. O estabelecimento de tipos específicos, em função do âmbito que abrangem e do maior ou menor número de elementos descritivos que incluem, não se traduz numa diferença conceptual e, portanto, não justifica uma variação terminológica.

Alguns dos tipos de instrumentos considerados pelos autores canadianos e franceses são estabelecidos apenas em função da respectiva estrutura interna, ou seja, de acordo com o critério de ordenação aplicado para organizar as entradas descritivas. Daí as designações de “reportório numérico”, “reportório cronológico” ou “reportório metódico”, por exemplo, correspondendo a instrumentos que possibilitam o acesso à informação mas que não representam adequadamente a realidade arquivística, pois não usam como critério de ordenação principal a classificação orgânico-funcional do arquivo.

1.2. Os instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses

Para a abordagem deste ponto, escolhemos como base de trabalho os instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses que referenciámos e que são objecto de tratamento nos vários *Anexos* a esta dissertação. A recolha

que efectuámos abrangem instrumentos publicados, de qualquer data e relativos a quaisquer tipos de arquivos, tendo como limite cronológico mais recente o ano de 1996 (inclusive), e resultou em 520 referências bibliográficas. Nesta recolha não procurámos apenas reunir instrumentos produzidos com o objectivo específico de servirem para a recuperação da informação - os chamados “instrumentos de pesquisa” - mas todos os que permitem, de algum modo, localizar informação arquivística e, portanto, constituem um meio de acesso a essa mesma informação.

Nesta perspectiva alargada, é natural que tenhamos incluído, no levantamento feito, simples “relações de documentos” ou “listas de incorporações” em arquivos especializados, que estão publicadas, embora o seu número seja diminuto, pela razão óbvia de a sua função ser sobretudo de controlo e de se destinarem, essencialmente, ao uso interno dos arquivos e não à divulgação pública para fins de pesquisa. O mesmo sucede com outros instrumentos organizados segundo um critério topográfico, especialmente antigos “inventários”, que à função primordial de controlo também associam a possibilidade do acesso à informação.

A recolha efectuada constitui uma amostra suficientemente representativa para um estudo dos instrumentos de acesso à informação dos nossos arquivos (embora não tenhamos possibilidade de quantificar esta representatividade por desconhecimento do universo), pois a variedade dos exemplos e a diversidade dos arquivos a que respeitam abarcam todas as situações conhecidas. Assim, podemos, com base nesta amostra, proceder a uma caracterização dos instrumentos de acesso à informação com base em três aspectos fundamentais: as suas *tipologias*, a respectiva *estrutura interna* e os *pontos de acesso* que contêm.

Tal caracterização serve também de meio para verificar em que medida os instrumentos de acesso analisados representam, com rigor, a realidade arquivística que abrangem e possibilitam um acesso eficaz à informação.

a) Tipologias

Para estabelecer a tipologia dos instrumentos analisados, baseámo-nos no modelo teórico exposto no ponto anterior. Assim, os critérios seguidos para definir os tipos dos instrumentos de acesso foram o da sua correspondência com um determinado nível de análise arquivística e o da finalidade a que se destinam, factor também considerado determinante para a definição das tipologias.

A aplicação destes critérios permitiu-nos classificar todos os instrumentos referenciados, independentemente das características formais que os mesmos apresentam. Assim, os elementos descritivos ou os pontos de acesso que incluem, bem como a sua estrutura interna, não foram considerados relevantes para a classificação a que procedemos, a qual teve como factores determinantes o nível de análise arquivística (facilmente perceptível a partir do tipo de unidades arquivísticas representadas) e a finalidade da produção dos instrumentos.

Apesar das características formais dos instrumentos não terem sido consideradas para o nosso propósito, cabem, no entanto, aqui, alguns esclarecimentos quanto a esta questão.

Os instrumentos que analisámos foram produzidos em épocas muito diversificadas, que vão desde os finais século XIV (1392) até à actualidade (1996). É óbvio que, num âmbito cronológico tão alargado, a forma de representação da realidade arquivística nos instrumentos de acesso varia muitíssimo, assim como são diversas as designações dadas aos mesmos, como já antes referimos.

Um catálogo produzido no século XIX é necessariamente diferente de um outro elaborado nos nossos dias, sobretudo porque os elementos descritivos usados são substancialmente diferentes. A elaboração de “sumários” do conteúdo informativo foi uma prática muito seguida para descrever os documentos individualmente considerados, o que resulta numa forma consideravelmente distinta da que actualmente é produto da aplicação, por exemplo, da norma de descrição internacional ISAD(G). Mas apesar das diferenças de forma, não

hesitámos em classificar como “catálogo” qualquer um destes instrumentos, uma vez que os dois derivam de um mesmo nível de análise arquivística - o 3º nível - em que o objecto considerado é o documento, em toda a sua especificidade.

Os inventários também se apresentaram, ao longo dos tempos, com diferenças formais significativas, variando a quantidade de elementos informativos que incluem. Desde simples listas enunciando títulos de séries arquivísticas e respectivas datas extremas até instrumentos com entradas descritivas extensas, com vários elementos informativos, têm sido produzidos inventários com grande variedade do ponto de vista formal, facto a que, evidentemente, não é alheia a inexistência de uma normalização descritiva para arquivos até ao aparecimento da ISAD(G).

A caracterização dos instrumentos de acesso, segundo as respetivas tipologias, é apresentada, de seguida, no Quadro II. Uma leitura atenta deste quadro permite verificar que os instrumentos referenciados se distribuem por apenas seis tipologias gerais - catálogo, guia, índice, inventário, lista de incorporação e quadro de classificação -, que correspondem maioritariamente a instrumentos de pesquisa, facto compreensível uma vez que estamos apenas a tratar de instrumentos publicados, cuja finalidade é exactamente a da difusão da informação.

Cada um dos tipos gerais subdivide-se em vários tipos específicos, que estabelecemos de acordo com as características do seu objecto de análise. Além disso, cada um destes tipos específicos foi subdividido em variantes, em função do âmbito a que se referem.

A classificação a que procedemos está sistematizada no Quadro II, que a seguir se apresenta.

A análise do quadro anterior permite tirar algumas conclusões.

Dos vários tipos de instrumentos publicados, os catálogos são aqueles que se apresentam em maior quantidade, mas apenas 13% deles dizem respeito a arquivos na sua globalidade (o que não será de estranhar, pois, na prática, só se torna viável produzir catálogos para arquivos de pequenas dimensões, uma vez que a sua elaboração requer uma análise de muita profundidade centrada em cada um dos documentos existentes) circunscrevendo-se a maioria a âmbitos muito restritos. O facto de os catálogos terem uma tão larga expressão, revela uma tendência notória para valorizar o documento enquanto fonte de informação para determinados fins (sobretudo investigação histórica) mais do que uma perspectiva verdadeiramente arquivística que procura comunicar o todo do arquivo.

A seguir aos catálogos temos, em quantidade, os inventários, os quais, na sua maioria, têm como objecto de análise o conjunto do acervo documental de arquivos, mas nem sempre abrangem tal conjunto na sua globalidade. Há muitos inventários parcelares e mesmo aqueles em que não incluímos qualquer delimitação no seu âmbito de abrangência, não sabemos se dizem respeito à totalidade dos arquivos a que se referem ou se omitem partes da respectiva documentação. Cerca de um quarto (25,1%) dos inventários dizem respeito a arquivos especializados, embora alguns deles se circunscrevam a determinados tipos documentais ou áreas temáticas, o que é também revelador do estatuto de submissão aos interesses da História a que a Arquivística esteve e, até certo ponto, ainda está sujeita.

Em terceiro lugar temos os guias, metade dos quais diz respeito a arquivos especializados; dos restantes, uma parte significativa (cerca de 20%) tem carácter temático. Mais uma vez se verifica a divulgação de fontes históricas, para o estudo de determinados temas, a confirmar uma tendência que se manifesta nos diferentes tipos de instrumentos publicados.

Os índices surgem em quarto lugar, com uma menor expressão e, de acordo com os tipos específicos que identificamos, respeitando, quase sempre, a conjuntos documentais bastante parcelares.

As listas de incorporação surgem em número bastante reduzido, o que é natural, pois a sua finalidade não é a de divulgar informação com vista à pesquisa. As que encontramos publicadas têm, contudo, por objectivo noticiar que determinados conjuntos documentais (arquivos ou partes de arquivos) foram incorporados em arquivos especializados, para, de algum modo, tornar tal documentação acessível.

Por último, temos os quadros de classificação, instrumentos que fornecem uma visão global da estrutura dos arquivos, tal como os guias, mas não contêm elementos descritivos nem, em muitos casos, incluem pontos de acesso. A sua expressão no conjunto que analisámos é reduzidíssima; apenas um caso respeita a um arquivo, sendo os outros dois relativos a arquivos especializados, não chegando a expressar a estrutura orgânico-funcional dos vários sistemas de informação neles integrados.

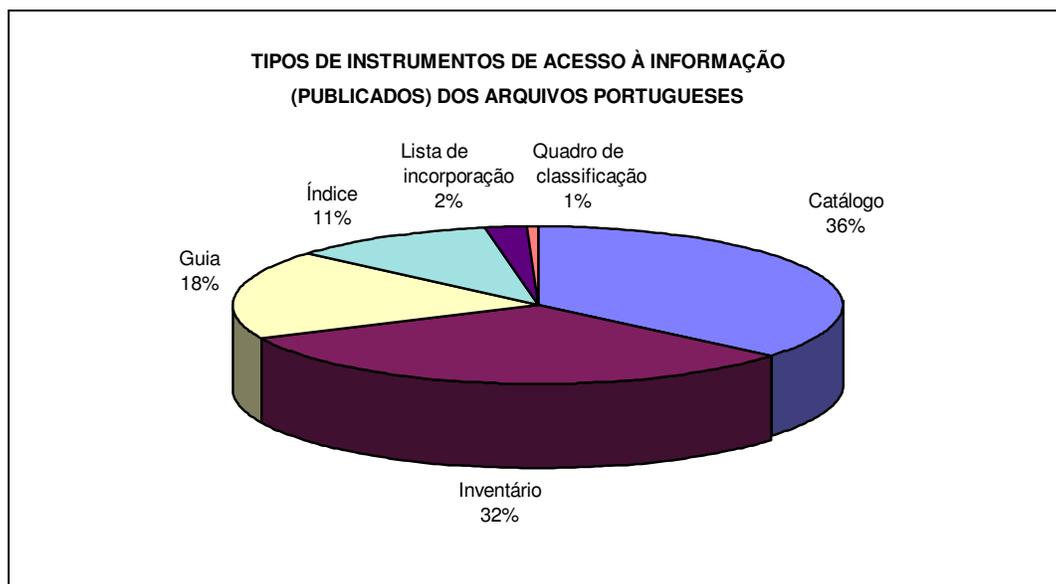
Do que acabámos de expor, julgamos que a conclusão mais importante a extrair após a análise das tipologias dos instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses, que foram alvo de publicação, é a de que se torna evidente uma tendência para elaborar instrumentos destinados a servir os interesses da investigação, especialmente, a histórica, privilegiando temas e épocas determinadas e dando relevo apenas a alguns tipos documentais. Esta perspectiva tem conduzido necessariamente à elaboração de instrumentos muito parcelares face à realidade dos arquivos a que se referem e a uma valorização dos documentos como fontes de informação, mais do que como componentes de um todo orgânico-funcional, ou seja, o sistema de que fazem parte.

Para melhor apreensão dos dados do Quadro II, representámos graficamente a distribuição percentual dos vários instrumentos (Gráfico 1). Nesta representação é perfeitamente evidente o “peso” que os catálogos e os inventários

têm relativamente aos outros instrumentos, embora os guias e os índices também ocupem um espaço significativo. Não há dúvida que, no conjunto dos instrumentos de acesso analisados, a esmagadora maioria se destina à difusão da informação, o que é natural pois só trabalhamos com instrumentos publicados e respeitantes, sobretudo, a documentação acessível à consulta pública e custodiada por arquivos especializados ou outras entidades de carácter cultural.

Resta saber até que ponto os instrumentos não publicados confirmam esta tendência tão expressiva, ou se, aqueles que os arquivos não abertos ao público produzem para seu uso interno têm outras finalidades.

GRÁFICO 1



A distribuição percentual dos instrumentos de acesso à informação, embora permita chegar às conclusões que atrás expusemos, não esgota a interpretação que pode ser a feita a partir da análise das tipologias.

Já fizemos notar a tendência que se detecta na produção de instrumentos para servir interesses da investigação histórica e como essa perspectiva tem afectado negativamente o conhecimento arquivístico. Porém, é interessante também verificar se tal tendência se manifesta uniformemente ao longo do tempo e se há períodos em que tem maior expressão. Para ser possível tal verificação é necessário analisar as tipologias dos instrumentos em relação com as respectivas datas de produção, o que fizemos construindo o Gráfico 2.

Da totalidade dos instrumentos referenciados excluámos alguns pelo facto de não se adequarem à abordagem que pretendemos fazer. O factor que determinou a exclusão foi a cronologia. Com efeito, as datas de produção da totalidade dos instrumentos referenciados situam-se entre 1392 e 1996 (apesar de os mais antigos só terem sido publicados nos séculos XIX ou XX), o que torna muito diferenciadas as suas características, não se podendo, com rigor, considerar os instrumentos de épocas mais recuadas como produto da técnica arquivística, tal como hoje a concebemos. Por esta razão, apenas considerámos para análise os que foram produzidos depois de 1887⁴⁸, data que considerámos como início da fase técnica da disciplina.

Considerando, pois, a representação do Gráfico 2, é possível concluir que a tendência para produzir instrumentos que privilegiam os interesses historiográficos em detrimento dos próprios interesses arquivísticos, a que atrás nos referimos, tem vindo a atenuar-se dos anos 80 para cá. De facto, nas duas últimas décadas, é muito acentuado o aumento da produção de guias e inventários - instrumentos que fornecem uma informação mais genérica, mas mais global sobre os sistemas de informação a que respeitam -, sinal de que uma nova era, de reforço da componente técnica, se abriu para a Arquivística portuguesa, especialmente desde 1985, como salientámos na parte I desta dissertação.

⁴⁸ No que se refere às datas consideradas para elaboração do Gráfico 2, convém esclarecer que quando tínhamos uma data de produção e outra de publicação, considerámos a primeira e quando existiam uma data inicial e outra final, correspondendo ao princípio e fim da publicação, também considerámos apenas a primeira data.

No capítulo 3, da parte I, havíamos feito uma análise dos instrumentos publicados desde 1887 até 1996, estabelecendo tipologias de acordo com a terminologia usada nos próprios instrumentos. Contudo, essas tipologias divergem consideravelmente das que definimos em função dos critérios que estabelecemos para classificar os instrumentos.

O Quadro III permite, precisamente, comparar a nomenclatura usada nos instrumentos e a terminologia que definimos e, a partir daí, quantificar as coincidências e as divergências entre a nossa proposta de classificação e as várias designações que têm sido usadas. Rapidamente se percebe que as divergências são muitas e que há bastantes casos, sobretudo no que respeita aos inventários e aos catálogos, em que a nomenclatura é completamente contrária à nossa perspectiva de análise. Na verdade, há diversos inventários que são designados como catálogos e vice-versa, o que revela a falta de uma definição exacta para cada um dos tipos de instrumentos.

inventário	relação	lista de incorporação	
inventário	relatórios de inventário	lista de incorporação	catálogos
inventário	repertório	lista de incorporação	guias de remessas
inventário	roteiro	lista de incorporação	incorporações
inventário	roteiro	lista de incorporação	incorporações
inventário	roteiro	lista de incorporação	listagem sumária
inventário	roteiro	lista de incorporação	relação
inventário	roteiro ou inventário	lista de incorporação	relação de incorporações
inventário	roteiro provisório	quadro de classificação	
lista de incorporação		quadro de classificação	esquema de classificação
lista de incorporação		quadro de classificação	núcleos

A tabela que se segue resulta da análise quantitativa que fizemos do Quadro III e mostra, relativamente à totalidade de instrumentos contabilizados para cada um dos tipos estabelecidos, as designações coincidentes e divergentes com a nossa terminologia, em termos percentuais. Além disso, pode-se verificar que há uma percentagem significativa (15,7%) de instrumentos que não têm qualquer designação identificativa da respectiva tipologia.

TIPOS DE INSTRUMENTOS	Nº TOTAL	Nº DE DESIGNAÇÕES COINCIDENTES		Nº DE DESIGNAÇÕES DIVERGENTES		SEM DESIGNAÇÃO ORIGINAL	
Catálogos	185	59	32 %	111	60 %	15	8,1 %
Guias	93	24	25,8 %	37	39,8 %	32	34,4 %
Índices	56	38	67,8 %	10	17,9 %	8	14,3 %
Inventários	162	102	62,9 %	40	24,6 %	20	12,3 %
Listas de incorporação	11	1	9 %	6	54,5 %	4	36,4 %
Quadros de classificação	3	0		2	66,7 %	1	33,3 %
TOTAIS	510	224	43,9 %	206	40,4 %	80	15,7 %

Como se vê, as designações coincidentes com a nossa tipologia verificam-se em menos de metade dos instrumentos analisados. Esta falta de precisão terminológica, que não se reduz apenas a isso, mas é resultante da indefinição conceptual e da falta de fundamentação teórica da Arquivística, leva-nos a

estabelecer uma comparação com a análise feita no capítulo 3 da parte I, onde caracterizámos os instrumentos publicados depois de 1887.

O limite cronológico que estabelecemos para elaborar o Gráfico 2 atrás apresentado permite fazer uma comparação com o Gráfico 3, incluído no capítulo 3, da parte I, relativo aos tipos de instrumentos publicados no mesmo período de tempo, mas em que as tipologias foram definidas de acordo com as designações que figuram nos próprios instrumentos.

Embora os dados que serviram para a elaboração dos dois gráficos não sejam exactamente os mesmos (o número de instrumentos considerados no Gráfico 3 é ligeiramente inferior, pois não foram incluídos os que não apresentam qualquer designação), é possível tirar algumas conclusões, que complementam a abordagem antes efectuada.

Antes de mais, verifica-se que, apesar de serem atribuídas variadas designações aos instrumentos de acesso à informação, elas não correspondem a tipos diferentes, mas apenas a variantes terminológicas sem qualquer justificação do ponto de vista conceptual. Além disso, podemos verificar que a falta de uma definição inequívoca relativamente a cada tipologia leva a que o número de instrumentos incluídos em cada tipo seja diferente nos dois gráficos, facto aliás comprovado pela quantificação apresentada na tabela da página anterior.

b) *Estrutura interna*

Para além da tipologia, de que tratámos na alínea anterior, um segundo elemento foi considerado para esta caracterização dos instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses - a sua estrutura interna - que tem a ver com o modo como se organizam os diversos elementos informativos no interior dos próprios instrumentos.

Os elementos informativos são de três tipos fundamentais: 1 - representam a estrutura orgânico-funcional do arquivo (classificação); 2 - representam e

identificam as unidades arquivísticas analisadas (descrição); 3 - representam o conteúdo informativo e orientam na sua localização (pontos de acesso).

É da associação destes três elementos que resultam instrumentos precisos na representação da realidade arquivística e eficazes na recuperação da informação. Contudo, a organização dos elementos referidos não pode ser aleatória, mas deve obedecer a determinados princípios, por forma a que os instrumentos cumpram adequadamente a sua função.

Afirmar que todo e qualquer instrumento de acesso à informação arquivística deve tornar inteligível o contexto de produção dos documentos não é novidade do ponto de vista teórico e os arquivistas aceitam esta afirmação como inquestionável. Porém, na prática, os instrumentos produzidos não correspondem a este princípio. Grande parte dos instrumentos que analisámos limitam-se a ordenar as unidades de descrição segundo um critério lógico (alfabético ou cronológico, na maioria dos casos) que, além de não traduzir a estrutura orgânico-funcional do arquivo, distorce a própria realidade arquivística, pois perde-se a compreensão do contexto em que as unidades arquivísticas descritas foram produzidas e organizadas.

A representação correcta das unidades arquivísticas analisadas para efeito de um instrumento de acesso à informação só se consegue se a estrutura interna desse instrumento tiver como primeiro critério de ordenação das unidades de descrição, o da classificação orgânico-funcional. As rubricas da classificação, enquanto elementos ordenadores das unidades de descrição, funcionam também como pontos de acesso e possibilitam uma contextualização adequada dessas mesmas unidades de descrição.

O primeiro critério de ordenação, que serve de base à estrutura do instrumento de acesso, não tem, necessariamente de ser o único, podendo haver critérios secundários, que possibilitam sub-ordenações, no seio de cada uma das classes genéricas determinadas pela classificação. Estes critérios secundários é que podem ser de tipo diverso, sendo mais vulgarmente usadas a ordenação

alfabética (com variantes, como a geográfica, a ideográfica, a onomástica, etc.) e a cronológica.

Os instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses, que constituem a base de trabalho desta Parte II e dos Anexos que se lhe seguem, foram também analisados no que toca à sua estrutura interna. Assim, determinámos, para cada caso, o critério de ordenação principal que determina tal estrutura, não considerando a existência de critérios secundários, visto que já não são essenciais para organizar as unidades de descrição no seio do instrumento de acesso.

Os critérios de ordenação identificados foram os seguintes:

- alfabético - considerámos esta designação genérica para os casos em que o tipo de rubricas não apresentam uma especificidade homogénea, mas respeitam a todo o tipo de termos (nomes de pessoas, nomes geográficos, assuntos, etc); sempre que identificámos uma ordenação alfabética determinada por termos com uma determinada homogeneidade, usámos designações mais específicas, de acordo com os diversos casos, a saber: antroponímico, geográfico, ideográfico e onomástico;

- classificação - sempre que a estrutura interna de um instrumento assenta na organização por grupos de unidades de descrição, enquadradas sob rubricas (ou classes), correspondendo a um critério lógico de mera arrumação sem qualquer outra finalidade, considerámos esta designação genérica; quando as classes da classificação resultam de uma sistematização por assuntos, usámos a designação classificação temática; quando as rubricas da classificação representam a estrutura orgânica e as funções arquivísticas, usámos a designação classificação orgânico-funcional;

- cronológico - empregámos este termo nos casos em que a ordenação das unidades de descrição no interior do instrumento de pesquisa, se baseia no elemento “data”;

- numérico - em alguns casos, verificámos que as unidades de descrição se apresentam numeradas sequencialmente, não sendo perceptível qualquer razão para justificar essa numeração; é de admitir que ela possa corresponder a uma referência topográfica, mas como isso não é evidente, não levamos tal hipótese em consideração;

- topográfico - esta designação foi usada nos casos em que a ordenação das unidades de descrição corresponde à ordenação física dos documentos ou das séries arquivísticas descritos.

Em função dos critérios de ordenação identificados, é possível analisar quantitativamente os instrumentos de acesso à informação que referenciámos. Para o efeito, veja-se a tabela seguinte:

CRITÉRIO DE ORDENAÇÃO	Nº DE INSTRUMENTOS
Alfabético	54
- Antroponímico	- 15
- Geográfico	- 43
- Ideográfico	- 4
- Onomástico	- 14 (Total: 130)
Classificação	74
- Classificação temática	- 10
- Classificação orgânico-fun-cional	- 38 (Total: 122)
Cronológico	88
Numérico	20
Topográfico	83

A estes dados acresce ainda referir que, em 83 instrumentos não nos foi possível identificar qualquer critério de ordenação das unidades de descrição, pois a apresentação das mesmas no interior dos instrumentos parece ser totalmente aleatória, não se descortinando qualquer lógica ordenadora.

De acordo com os dados da tabela acima, podemos identificar, do mais para o menos representado, os seguintes critérios: 1º - alfabético (nas suas

diversas variantes); 2º - classificação (de diferentes tipos); 3º - cronológico; 4º - topográfico; 5º - numérico.

Esta verificação é, sem dúvida, muito significativa e permite avançar algumas conclusões.

O facto de só 38 instrumentos (7,2 %) apresentarem uma estrutura interna correspondendo à orgânica e às funções dos sistemas de informação a que se referem é revelador da insuficiência e da inexactidão da grande maioria dos instrumentos de acesso à informação arquivística que se têm publicado em Portugal.

Mas tal facto tem, por certo, algumas justificações: por um lado, grande parte dos instrumentos não é da responsabilidade de arquivistas, mas de historiadores ou outros investigadores que procuram tornar acessível informação que conhecem e que está por divulgar, sendo, portanto, natural, a falta de critérios arquivísticos nesses instrumentos; por outro lado, os limites cronológicos em que se situam abrangem épocas em que a Arquivística ainda não conhecia grande desenvolvimento do ponto de vista técnico e, muito menos, em termos teóricos. Contudo, só desde 1980 para cá, identificámos 187 instrumentos e também nestes - correspondentes à época de maior desenvolvimento da Arquivística portuguesa - se verifica, com grande expressão, uma deficiente representação da realidade arquivística.

Apesar de, em muitos casos, ser justificável a inadequada representação da realidade arquivística que se detecta na grande maioria dos instrumentos publicados, não podemos deixar de acentuar que essas deficiências são também, grandemente, devidas à visão tecnicista que se foi acentuando ao longo de todo este século. A preocupação em “fazer” instrumentos sem uma análise prévia da realidade arquivística, decorrente da aplicação do método, tem levado a que o acesso à informação seja um fim em si mesmo e não a etapa final de um processo que pressupõe um conhecimento rigoroso do objecto que vai ser formalmente representado num instrumento de acesso à informação.

Para uma mais aprofundada análise desta questão, vamos ver como se distribuem as quantidades acima referidas, quando consideradas em função de cada tipo de instrumento (Gráfico 3) e como estes se distribuem pelos diferentes critérios de ordenação identificados (Gráfico 4).

Das representações gráficas conclui-se que quase todos os tipos de instrumentos se distribuem pelos diferentes critérios de ordenação, embora alguns tenham maior expressão do que outros. Assim, os catálogos são maioritariamente cronológicos e topográficos; os guias são organizados, em maior quantidade, segundo um critério de classificação (mas não orgânico-funcional), embora os alfabéticos e geográficos também estejam bastante representados; os índices onomásticos, antroponímicos, topográficos e cronológicos são os que surgem com maior representação; os inventários são os instrumentos em que mais se verifica uma estrutura interna de tipo orgânico-funcional, mas também são usadas outras classificações e critérios de ordenação alfabética, geográfica ou topográfica para os estruturar. Os outros tipos de instrumentos não têm uma expressão muito significativa, pela sua diminuta quantidade.

c) Pontos de acesso

De um modo geral, os pontos de acesso são incluídos nos instrumentos de acesso à informação encabeçando unidades de descrição (individualmente ou agrupadas em conjuntos correspondentes a uma rubrica de classificação), mas também podem não surgir associados a elementos descritivos e remeterem directamente para a informação a que respeitam (é o caso dos índices em que os pontos de acesso não estão inseridos num contexto).

Para uma abordagem dos pontos de acesso nas seus diferentes tipos e formas é necessário, antes de mais, termos uma noção clara dos elementos informativos que podem constituir-se como seu objecto. Este aspecto não está, de todo, desligado dos critérios de ordenação que abordámos na alínea anterior, pois tais critérios são definidos, precisamente, em função da tipologia dos pontos de acesso ordenadores das descrições ou de outros dados informativos inseridos nos instrumentos de acesso.

Em termos gerais, podemos enumerar como passíveis de constituir ponto de acesso, os seguintes elementos informativos:

- nomes próprios (de pessoas individuais ou colectivas, de objectos, de factos e acontecimentos, geográficos)
- datas
- números
- conceitos concretos ou abstractos (de que excluimos, neste contexto, os nomes próprios e as datas, embora também sejam conceitos)

Esta variedade de elementos informativos pode originar pontos de acesso de tipos diferentes. Assim, temos, por um lado, pontos de acesso que correspondem a dados de identificação das unidades arquivísticas, a saber: *título, data, nome* (do arquivo, de pessoas, de locais, etc.), *tipologia documental* e rubricas da *classificação orgânico-funcional*; por outro lado, temos pontos de acesso que correspondem ao conteúdo temático (assuntos e conceitos) e que são

representados por *termos de indexação*, variando estes, na sua forma, de acordo com a linguagem de indexação utilizada.

O estabelecimento dos pontos de acesso resulta, obviamente, da análise arquivística prévia e do nível a que a mesma é efectuada. Embora os respeitantes aos elementos de identificação das unidades arquivísticas possam ser idênticos nos diferentes níveis, os que resultam da análise do conteúdo temático variam consideravelmente de nível para nível, pois a profundidade da indexação (grau de exaustividade e especificidade) tem de estar de acordo com a profundidade da análise arquivística em termos gerais⁴⁹.

Quanto à indexação do conteúdo temático, muitas são ainda as questões que carecem de investigação e de modelos teóricos para orientar as aplicações práticas, sobretudo no que toca às directivas para a análise do conteúdo, nos diferentes níveis considerados. Tal problemática não cabe no âmbito deste estudo, embora o estabelecimento dos níveis de análise arquivística, tal como atrás os apresentámos, tenha, em nosso entender, toda a validade para ser aplicado com vista à indexação por assuntos.

Quanto à *forma* a que devem obedecer os diferentes tipos de pontos de acesso, as decisões passam pela aplicação, ou não, do *controlo de autoridade*. Se se optar pelo uso de formas não controladas, correspondendo às palavras e termos da linguagem natural (sem controlo de autoridade), o estabelecimento dos pontos de acesso não requer procedimentos técnicos muito elaborados. Se se decidir em favor do uso de formas controladas, com aplicação do controlo de autoridade, há que ter em conta determinados requisitos, de maior sofisticação técnica, que

⁴⁹ Não existem muitos estudos sobre a problemática da indexação em arquivos e muito menos são os que se conhecem sobre a adequação desta operação técnica aos diferentes níveis de análise. Contudo, julgamos de utilidade o seguinte trabalho: SMIRAGLIA, Richard P. - *Op. cit.*

Relativamente à indexação em arquivos, pode-se ainda ver o trabalho que apresentámos, em 1993, para as “Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica”, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o qual inclui um número considerável de referências bibliográficas sobre o assunto: RIBEIRO, Fernanda - *Indexação e controlo de autoridade...* (*op. cit.*); e ainda: BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. Planning Committee on Descriptive Standards - *Subject indexing for archives : the report of the Subject Indexing Working Group*. [Ottawa?] : B. C. A., 1992. ISBN 0-9690797-7-X; FOSTER, Janet - *Subject indexing survey and analysis : a report for JISC : NIF archives sub-committee*. 1997 (texto disponível na Internet).

foram estabelecidos já há bastantes anos, no domínio da Biblioteconomia, mas que têm toda a aplicabilidade no campo dos arquivos.

Em termos simples, o controlo de autoridade pode definir-se como o processo que permite manter consistência nos pontos de acesso à informação armazenada em qualquer sistema, através da ligação a um ficheiro de autoridade, onde se registam as decisões tomadas no decurso do trabalho de autoridade. Este trabalho visa a determinação da forma de um nome, título, assunto, etc., forma essa que será a única usada como ponto de acesso a uma unidade de informação; além disso, o trabalho de autoridade implica também o estabelecimento de remissivas para as formas não usadas como pontos de acesso e a determinação de relações entre a forma de autoridade (ou autorizada) e outras formas de autoridade existentes no mesmo sistema de recuperação de informação⁵⁰.

No domínio da Arquivística, existem alguns instrumentos normativos já suficientemente desenvolvidos para se chegar a soluções satisfatórias quanto à aplicação do controlo de autoridade, embora persistam ainda várias questões por resolver, que se prendem com a definição de formas autorizadas para determinados tipos de elementos informativos.

Os esforços do Conselho Internacional de Arquivos nesta matéria centraram-se, até agora, no desenvolvimento da norma internacional ISAAR(CPF)⁵¹, a qual se destina à criação de registos de autoridade para nomes de pessoas individuais, colectividades e famílias, na qualidade de produtoras de

⁵⁰ Definições para os vários conceitos operatórios normalmente usados no âmbito do “controlo de autoridade” podem-se ver, de forma pormenorizada em: TAYLOR, Arlene - Authority files in online catalogs : an investigation of their value. *Cataloging & Classification Quarterly*. New York. ISSN 0163--9374. 4:3 (Spring 1984) 1-17.

Sobre a problemática do controlo de autoridade há muita literatura disponível, especialmente em língua inglesa, da qual apenas referimos, a título ilustrativo, duas das obras mais significativas pela abrangência global que apresentam da temática em causa: BURGER, Robert H. - *Authority work : the creation, use, maintenance and evaluation of authority records and files*. Littleton : Libraries Unlimited, 1985. ISBN 0-87287-491-5; CLACK, Doris Hargrett - *Authority control : principles, applications and instructions*. Chicago; London : American Library Association, 1990. ISBN 0-8389-0516-1.

⁵¹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards - *ISAAR(CPF)*... (*op. cit.*).

arquivos⁵². No entanto, esta norma não esgota, de modo nenhum, todos os tipos de pontos de acesso.

Por exemplo, no que toca às tipologias documentais não há estudos minimamente desenvolvidos que permitam normalizar formas autorizadas e, no que respeita aos termos de indexação (representação do conteúdo temático), as normas existentes⁵³ carecem de adaptações, pois foram concebidas em função de material biblioteconómico⁵⁴, considerando como objecto da indexação o documento individual e não vastos conjuntos documentais, o que é imprescindível no caso dos arquivos.

⁵² O trabalho do C. I. A. nesta área não foi, de modo algum, pioneiro; apenas teve por objectivo a produção de normas internacionais para produção de registos de autoridade. Antes deste esforço normalizador já diversos autores se haviam debruçado sobre a questão do controlo de autoridade. A título de exemplo, podem-se ver alguns estudos sobre o assunto: EVANS, Max J. - Authority control : an alternative to the record group concept. *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 49 (Summer 1986) 249-261; BEARMAN, David - Authority control : issues and prospects. *The American Archivist*. Chicago. ISSN 0360-9081. 52 (Summer 1989) 286-299; GAGNON-ARGUIN, Louise - *Une Introduction au contrôle d'autorité pour le traitement des noms propres en Archivistique*. [Ottawa?]: Bureau Canadien des Archivistes, Comité de Planification sur les Normes de Description, 1989; BLACK, Elizabeth - *Le Contrôle d'autorité : un manuel destiné aux archivistes*. [Ottawa?]: Bureau Canadien des Archivistes, Comité de Planification sur les Normes de Description, 1991. ISBN 0-9690797-5-3; DURANCE, Cynthia J. - Authority control : beyond a bowl of alphabet soup. *Archivaria*. Ottawa. ISSN 0318-6954. 35 (Spring 1993) 38-46.

⁵³ A principal norma internacional destinada ao estabelecimento de linguagens de indexação controladas é a seguinte: INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION - *Documentation : principes directeurs pour l'établissement et le développement de thésaurus monolingues : norme internationale ISO 2788*. 2^{ème} éd. [Genève : ISO], 1986. Esta norma tem uma equivalente em português: PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 - *Norma portuguesa 4036 : documentação : tesouros monolingues : directivas para a sua construção e desenvolvimento*. Lisboa : I. P. Q., 1993.

Existe também uma norma internacional para desenvolvimento de tesouros multilingues, a norma ISO 5964 (INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION - *Documentation : guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri : international standard ISO 5964*. [Genève : ISO], 1985).

⁵⁴ Apesar de as normas existentes carecerem de ajustamentos à realidade dos arquivos, o principal problema que se põe quanto ao estabelecimento dos pontos de acesso por assuntos não é o da sua forma, mas sim o da determinação dos conceitos passíveis de serem representados por termos de indexação, problema este que só pode ser solucionado com o estudo da profundidade da análise de conteúdo, consoante o nível adoptado. A norma ISO 5963, que trata desta matéria, é manifestamente imprópria para aplicar aos arquivos (ver: INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION - *Documentation : méthodes pour l'analyse des documents, la détermination de leur contenu et la sélection des termes d'indexation : norme internationale ISO 5963*. 1^{ère} éd. [Genève : ISO], 1985). A equivalente desta norma, em português, é a seguinte: PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 - *Norma portuguesa NP 3715 : documentação : método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação*. Lisboa : I. P. Q., 1989.

Os instrumentos de acesso à informação dos arquivos portugueses que analisámos ilustram bem a falta de normalização que tem existido no que toca às formas dos pontos de acesso. Tal facto não será de estranhar, pois só recentemente é que as questões da normalização têm sido equacionadas, de forma sistemática, na área dos arquivos, ao contrário do que acontece no domínio das bibliotecas, em que os códigos catalográficos remontam a meados do século passado, sendo alvo de permanentes revisões e actualizações.

Nos instrumentos que analisámos há casos que incluem pontos de acesso normalizados do ponto de vista formal, mas, apesar disso, não são sujeitos ao controlo de autoridade, o que significa que as formas usadas não têm um carácter de unicidade. Esta situação é naturalmente compreensível se tivermos em conta que a problemática do controlo de autoridade também só há alguns anos tem sido objecto de discussão nos meios arquivísticos.

A falta de controlo de autoridade não se verifica apenas no interior de cada instrumento, mas pode ser vista na globalidade, pelo menos no que se refere aos que foram publicados. Os Quadros 2 a 14, que integram o Anexo 3, mostram claramente a variedade de formas usadas para designar um mesmo arquivo e nas notas explicativas que precedem os vários quadros assinalamos as dificuldades que existem para determinar pontos de acesso de autoridade, mesmo se nos reportarmos apenas às entidades produtoras dos arquivos, como é o caso. Apesar disso, consideramos essencial o desenvolvimento de uma lista de autoridade dos arquivos portugueses (de que os nossos Anexos podem constituir um ponto de partida) pois isso facilitará a recuperação da informação respeitante aos sistemas arquivísticos que se encontram dispersos por mais do que uma entidade detentora e possibilitará uma troca de informação mais eficiente.

2. Os princípios consignados na norma ISAD(G) e sua relação com os instrumentos de acesso à informação

A norma internacional ISAD(G), aprovada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 1993, surgiu no contexto de um processo tendente a: “a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas”; b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre materiais de arquivo; c) possibilitar a partilha de dados de autoridade; e d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação”⁵⁵.

Neste contexto, a preocupação essencial foi a de desenvolver uma estrutura coerente de elementos informativos, passíveis de integrar qualquer descrição arquivística, independentemente do seu objecto e da sua finalidade.

Fica claro do texto da ISAD(G) que o “fundo” é considerado como a mais vasta unidade arquivística, a qual pode ser descrita como um todo ou nas suas partes componentes. Pressupõe-se, portanto, que a realidade arquivística pode ser decomposta hierarquicamente, ou seja, em diversos níveis, cada um dos quais pode ser descrito (representado) com base nos elementos previstos na norma. Este princípio básico é assim formulado: “A soma total de todas as descrições (...) ligadas numa hierarquia, (...) representa o fundo e respectivas partes, para as quais foram elaboradas as descrições. Para a finalidade destas regras, tal técnica é designada por *descrição multinível*”⁵⁶.

A descrição multinível implica, obviamente, a definição de diferentes níveis, sendo indicados, a título de exemplo, os seguintes: “fundo, série, sub-série, processo, documento”. Estes níveis são expressamente designados por “níveis de descrição”, ou seja, só são considerados para esse efeito concreto.

⁵⁵ Citado da tradução portuguesa da norma ISAD(G), em: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD(G) : normas gerais internacionais de descrição em arquivo. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 2 (1995) 93.

⁵⁶ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISAD(G) : normas gerais... (*op. cit.*) 99.

Sendo a ISAD(G) apenas um instrumento para a descrição e contendo os instrumentos de acesso à informação elementos identificativos (descritivos) da realidade que representam, será que se pode estabelecer alguma relação entre esta norma internacional e os produtos da análise arquivística, ou seja, os instrumentos de acesso?

De acordo com o que está previsto na ISAD(G), não se pode considerar que haja uma relação expressa entre as suas determinações e os instrumentos de acesso à informação. No entanto, uma vez que tais instrumentos pressupõem, em grande parte dos casos, a inclusão de elementos descritivos, seria desejável que para esse efeito pudesse ser aplicada a norma em toda a sua extensão⁵⁷.

Não vemos qualquer impedimento na aplicação da norma no que toca à distribuição dos elementos informativos pelas seis zonas previstas na mesma, nem quanto à forma de apresentação desses mesmos elementos, independentemente das unidades arquivísticas que são objecto de descrição. Contudo, no que respeita à combinação de elementos descritivos referentes a unidades arquivísticas distintas, já nos parece que a norma não consegue, nesta sua formulação genérica, dar resposta adequada. Vejamos um exemplo: para a elaboração de um inventário, será preciso conjugar descrições de séries com descrições de documentos isolados que não formam série, numa abordagem que pressupõe uma análise de profundidade média (o inventário é um instrumento que resulta do 2º nível de análise); ora a ISAD(G), ao considerar as unidades arquivísticas independentemente do nível a que são analisadas, não distingue, de forma alguma, descrições de documentos isolados para efeitos de um inventário, de descrições dos mesmos documentos, destinadas a integrar um catálogo, em que o nível de análise é de maior profundidade e, por isso, a descrição também deverá ser mais exhaustiva e mais específica.

⁵⁷ Segundo uma nota informativa do Comité para as Normas de Descrição (ICA/CDS), incluída no mais recente boletim do C. I. A., foi decidido avançar com os estudos no sentido da “normalização e tipologia dos instrumentos de pesquisa arquivísticos”, tendo sido formado, para o efeito, um sub-comité com o nome de “sub-comité sobre os instrumentos de pesquisa do ICA/CDS”, o qual tem projectado efectuar um inquérito sobre esta matéria (ver: *Bulletin du CIA*. Paris. 48 (1998-1) 35).

Esta impossibilidade de descrição com diferentes graus de profundidade é, na prática, um constrangimento, pois não há uma adequação dos “níveis de descrição” propostos aos níveis de análise arquivística que estão na base da produção dos vários instrumentos de acesso. Este é o aspecto que, em nosso entender, merece ser tido em consideração como primordial, na revisão da norma que se projecta para breve. Tal com está, a ISAD(G) serve para a descrição, sem mais. Mas a descrição não pode ser entendida como um fim em si mesmo; ela tem de ser considerada como parte componente de um produto final representativo da realidade arquivística, ou seja, como elemento integrador dos instrumentos de acesso à informação.

É evidente que a ISAD(G), tal como é dito no próprio texto, constitui “apenas o princípio de um esforço de normalização” e sabemos que, no momento actual, a Comissão *Ad-hoc* para as Normas de Descrição está a receber comentários e propostas da comunidade arquivística internacional, com vista a uma revisão ou a futuros desenvolvimentos.

A produção de normas específicas para descrição aos diferentes níveis é um passo imprescindível (falta, por exemplo, prever elementos informativos para alguns dos níveis de análise considerados, não está claramente prevista a descrição de diferentes actos informacionais contidos num mesmo documento, há excesso de elementos informativos se nos posicionarmos a um nível mais genérico, etc.) e a compatibilização das descrições com os diferentes tipos de instrumentos de acesso é outra questão que carece de ser estudada.

3. Os efeitos da automatização nos instrumentos de acesso, numa visão integrada do arquivo como sistema de informação

A visão tradicional que se tem dos instrumentos de acesso à informação assenta no pressuposto de os mesmos assumem a forma de produtos impressos,

destinados a uma divulgação pública generalizada. Esta realidade, que ainda se mantém como a mais comum na maior parte dos países, está rapidamente a mudar por força da automatização e das chamadas novas tecnologias da informação.

A divulgação da informação arquivística por via de publicações é cara, morosa e implica canais de difusão eficazes, o que não tem sido a regra dos nossos arquivos. Hoje em dia, com as facilidades de comunicação de dados, disponíveis a baixo preço por via da Internet, a aposta começa, cada vez mais, a ser nas redes informáticas, em detrimento das tradicionais formas de difusão.

Esta revolução nas comunicações tem, naturalmente, os seus efeitos na forma como hoje se concebem os instrumentos de acesso à informação. De facto, o acesso democratizou-se, os interesses dos utilizadores diversificaram-se, graças ao seu aumento considerável, e as possibilidades de pesquisa aumentaram e tornaram-se mais complexas e mais ricas, por efeito das novas tecnologias.

Um arquivo novo, nascido numa instituição que tende a dispensar o papel como suporte informativo e a produzir essencialmente documentos electrónicos, naturalmente que também começa a criar, em suporte informático os respectivos instrumentos de acesso. A tendência mais previsível é a de que tais instrumentos vão acompanhando o arquivo no seu ciclo vital e os dados informativos que os integram possam ser utilizados, e progressivamente acrescentados, com outros que se tornam essenciais em determinadas fases desse mesmo ciclo. Nesta perspectiva, a informação sobre esse arquivo, que será disponibilizada ao exterior se o mesmo vier a tornar-se um sistema aberto, poderá ter na origem os dados informativos que ao longo dos anos serviram para criar instrumentos de acesso à informação.

Esta visão integrada do arquivo e da produção de instrumentos de acesso à informação por via informática introduz alterações substanciais, do ponto de vista operacional, mas, em nossa opinião, não abala minimamente a fundamentação teórica da Arquivística nem põe em causa o modelo de análise que antes

defendemos. Pelo contrário, confere maior consistência à teoria porque a valida em circunstâncias novas.

Os efeitos da automatização nos arquivos têm já sido objecto de alguns estudos, nomeadamente para se apurar em que áreas funcionais houve maior aplicação de tecnologias informáticas.

Meyer Fishbein publicou em 1981 um artigo dedicado à história da automatização de arquivos e, nessa época, considerava que, até cerca de 1970, os arquivistas não tinham ainda atribuído uma importância muito significativa aos computadores, o que revelava um atraso face a outras áreas⁵⁸.

No ano seguinte, Rachel Bartle e Michael Cook levaram a efeito um inquérito aos arquivos especializados do Reino Unido, sobre a utilização dos computadores no trabalho arquivístico⁵⁹. Uma das conclusões mais significativas foi a de que os arquivos usavam *packages* informáticos comerciais ou utilizavam as possibilidades de programação local, não se tendo pensado praticamente na análise da estrutura de dados ou em redesenhar os programas de gestão⁶⁰.

Deve-se também a Michael Cook um outro estudo sobre a mesma problemática, que incidiu numa análise da situação e dos desenvolvimentos mais significativos, nos inícios dos anos 80⁶¹. É de notar que, naquela época, já o autor apontava como necessário o exame da estrutura dos instrumentos de pesquisa e de modelos para o seu desenvolvimento em ambiente de *on-line information*.

Alguns anos mais tarde, foi mais uma vez Michael Cook quem, por encargo do Comité de Informática do C. I. A., dirigiu um inquérito internacional sobre as aplicações informáticas nos arquivos⁶², a partir do qual se pôde verificar que a maioria dos que responderam (arquivos especializados) apenas usavam

⁵⁸ Ver: FISHBEIN, Meyer - La Automatización de archivos... (*op. cit.*).

⁵⁹ BARTLE, Rachel; COOK, Michael - Aplicaciones del ordenador en los archivos : una panorámica. ADPA. Madrid. ISSN 0211-7312. 4:1/2 (1982/1983) 9-22.

⁶⁰ BARTLE, Rachel; COOK, Michael - *Op. cit.* p. 19.

⁶¹ COOK, Michael - Applying automated techniques to archives administration : a commentary on the present situation and areas of likely progress. *Journal of Documentation*. London. ISSN 0022-0418. 39:2 (June 1983) 73-84.

⁶² COOK, Michael - Encuesta internacional sobre aplicaciones informáticas... (*op. cit.*).

programas informáticos para a gestão do serviço, sendo poucos os que tinham *software* específico para gestão integrada da informação arquivística.

Mais recentemente, também por encomenda do C. I. A., Christopher Kitching conduziu um inquérito internacional a variados arquivos (especialmente a Arquivos Nacionais) sobre o impacto da automatização nos instrumentos de pesquisa, tendo a análise dos resultados dado origem a uma publicação no âmbito do Programa RAMP⁶³.

Dos vários trabalhos referidos, este último é o que mais directamente tem a ver com a problemática que estamos a abordar, embora o facto de já ter sido publicado há sete anos lhe conferir alguma desactualização, pois a rapidez com que a tecnologia tem evoluído, nos anos mais recentes, torna qualquer informação obsoleta nesta matéria, em muito pouco tempo.

As conclusões do inquérito promovido por C. Kitching não apresentam, em nossa opinião, elementos relevantes para uma análise arquivística desta questão. O autor conclui que, em termos gerais, é possível afirmar que a automatização trouxe benefícios substanciais mas ainda não passíveis de medida e que ocorreram problemas metodológicos e técnicos como sua consequência. Quanto aos problemas metodológicos - que seriam os de maior interesse do ponto de vista arquivístico, já que os problemas técnicos apresentados são do foro informático - apenas se colocou a questão da normalização como essencial neste contexto, pois foi considerada como imprescindível para facilitar a transferência de dados de um computador para outro, ou seja, entre diferentes sistemas informáticos.

A questão da normalização é, obviamente, um requisito indispensável para o tratamento automatizado da informação e sua recuperação eficaz, mas actualmente não é deste ponto de vista que importa equacionar o problema, pois a normalização está já razoavelmente desenvolvida - normas ISAD(G) e

⁶³ KITCHING, Christopher - *The Impact of computerization on archival finding aids...* (op. cit.).

ISAAR(CPF) - e não constitui obstáculo à produção automática de instrumentos de acesso à informação.

A principal questão que deve ser tomada em conta, quando se pensa nos instrumentos produzidos por computador, tem a ver com o que antecede a introdução normalizada dos dados, isto é, com a análise da realidade arquivística que vai ser representada em termos formais (normalizados). Em situações ditas tradicionais (manuais) ou em ambientes electrónicos, a questão essencial é, e continuará a ser, sempre a mesma: só serão produzidos instrumentos de acesso rigorosos e passíveis de possibilitar uma recuperação eficaz da informação se os elementos informativos - dados descritivos e pontos de acesso - estiverem adequados ao nível de análise arquivística considerado.

Num ambiente informático, o que muda é apenas o carácter dos instrumentos que, de estáticos passam a dinâmicos, deixando também de estar fisicamente separados uns dos outros. A informação, tratada tecnicamente, é armazenada, processada e manipulada para fins de pesquisa como se constituísse, no seu todo, um único instrumento de acesso em que se conjugam elementos correspondentes aos vários níveis de análise, sem haver uma separação física desses mesmos elementos. Porém, na recuperação da informação tem de ser possível identificar o nível de tratamento que foi dado às diferentes unidades arquivísticas representadas e a sua contextualização no sistema arquivístico de que fazem parte.

Esta versatilidade na apresentação dos dados informativos, consequência das diversas possibilidades de ordenação que o computador contém, altera substancialmente os modelos tradicionais de instrumentos de acesso, em que as entradas descritivas estão ordenadas segundo um critério principal e, eventualmente, segundo um ou mais critérios de ordenação secundários. Mas este arranjo que os instrumentos produzidos em papel apresentam e que, se for verdadeiramente representativo da estrutura orgânico-funcional do arquivo, nos fornece uma visão rigorosa da realidade em causa, não se perde em ambiente

informático. Desde que cada unidade arquivística representada seja devidamente contextualizada no sistema de informação a que pertence, é sempre possível produzir instrumentos de acesso rigorosos e capazes de servir eficazmente os interesses da pesquisa.

Com efeito, é precisamente no que toca à pesquisa da informação que as vantagens da automatização ganham uma enorme importância. Enquanto que num instrumento em papel as possibilidades de pesquisa se limitam a uma “navegação vertical” seguindo a estrutura mais ou menos hierarquizada do sistema de informação e, só com o complemento de índices - uma abordagem secundária - é possível aceder “horizontalmente” às unidades arquivísticas representadas, num instrumento de acesso automático, as possibilidades de acesso vertical e horizontal existem em paralelo e até em combinação simultânea, por recurso aos operadores booleanos como dispositivo de pesquisa.

A automatização veio, afinal de contas, valorizar os instrumentos de acesso, graças às múltiplas possibilidades de pesquisa que os sistemas informáticos encerram e, de modo algum, põe em causa ou altera a fundamentação teórica que está subjacente à sua elaboração. Tais instrumentos constituem produtos finais de duas etapas prévias - primeiro a análise arquivística e depois a representação das unidades arquivísticas -, que são determinantes da sua exactidão e da sua eficácia. Estas duas etapas têm, necessariamente, de ser percorridas, seja para produzir instrumentos de acesso tradicionais, seja para constituir bases de dados ou outras formas de armazenamento electrónico da informação, a partir das quais se extraem esses mesmos instrumentos.